CNIS tem uma nova estrutura orgânica

Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

SOLIDARIEDADE

Mensal | Julho 2016 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 207

VILA FRANCA DE XIRA

CBEI poderá abrir-se à terceira idade

ALCOBAÇA

Renovar instalações é prioridade no CEERIA

SEMINÁRIO CNIS, A 30 DE SETEMBRO, EM COIMBRA

Saúde Mental e Solidariedade: uma questão que urge debater

CONSELHO GERAL

Afirmar a importância da Cooperação

PORTUGAL CTT
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
TAXA PAGA
Autorizado pelos CTT a circular
em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA

CNIS quer obter ganhos de eficiência

Com o fito na otimização de recursos, físicos e humanos, e intensificada pela entrada em funções da nova Direção, a passagem para as novas instalações, a redação dos novos estatutos e ainda as exigências do Compromisso de Cooperação 2014/2016, a CNIS desenvolveu, ao longo dos últimos seis meses, um processo de reorganização interna no sentido de "obter ganhos de eficiência" e, assim, "aumentar a capacidade de resposta às solicitações das associadas e dos parceiros, de forma integrada, coerente com a história e os princípios do Setor", afirma o diretor-executivo João Dias, que liderou o procedimento.

Por outro lado, as alterações vincam a estrutura hierárquica e definem de forma mais clara as áreas por que cada diretor está responsável, separando águas e desta forma retirando carga de alguns elementos da Direção, corresponsabilizando todos os elementos.

Em termos de estrutura orgânica, a CNIS passa a estar dividida em dois departamentos: o Administrativo e Financeiro e o Técnico.

Enquanto o primeiro, composto pelo Presidente da Direção, pelo Tesoureiro, pelas secretárias administrativas e ainda pela Técnica Oficial de Contas, "garante o funcionamento da CNIS", o Departamento Técnico é integrado pelos restantes membros da Direção, representando os respetivos pelouros, pelos assessores, pelo Gabinete de Apoio Técnico e por uma secretária administrativa e "é responsável pelo conteúdo da CNIS".

Assim, cabe ao Departamento Administrativo e Financeiro tratar de todos os assuntos relacionados com a contabilidade (orçamentos e relatórios de contas anuais, controlo orçamental, aquisição de bens e serviços, orçamentos, autorizações e pagamentos), com o expediente (o seu encaminhamento, seguimento e conclusão) e ainda com o institucional (Órgãos Sociais, Conselho Geral e Comissão Permanente, convocatórias, atas, documentos oficiais, agendas, UDIPSS e Federações e entidades oficiais).

Já o Departamento Técnico tem na sua alçada o Programa de ação e Relatório anual, a Cooperação, o apoio às instituições associadas (nas áreas técnica e jurídica), a Formação/Capacitação, o Portugal 2020 (e candidaturas), o Centro de Estudos Sociais (dando apoio administrativo), o Acordo com o IEFP e a CASES (planos, relatórios e atividades) e os eventos promovidos (congressos e seminários). Este departamento fará ainda um permanente acompanhamento da Imprensa, algo que até agora não era feito e já está também em marcha.

Por outro lado, houve uma reorganização espacial da ocupação da nova sede, permitindo melhores condições de trabalho a todos e otimizando o espaço, ao mesmo tempo que estão a ser substituídos determinados equipamentos, alguns dos quais já obsoletos e com encargos maiores do que as vantagens que proporcionam.

A reestruturação, que contou com a contribuição de todos os envolvidos, estende-se ainda à área da comunicação, não apenas com terceiros, mas principalmente com as associadas.

Nesse sentido ganha destaque o novo sítio da CNIS na internet, que dentro em breve estará ativo e que, inclusive terá uma área específica para a comunicação com as associadas.

O novo site, que deverá ser explicado pormenorizadamente em uma sessão de apresentação às associadas, plasma as áreas de intervenção da CNIS e servirá de apoio a todos os interessados na Solidariedade Social.

Na mesma altura em que o site ficar ativo, haverá novos endereços de e-mail para todos os colaboradores da CNIS, o que facilitará a comunicação e interação entre os serviços da CNIS e as associadas, corporizando-se assim também a nova arrumação de funções e responsabilidades no seio da Confederação. A seu tempo serão igualmente dados a conhecer.

"O que hoje se está a avaliar não corresponde à soma de todas as vontades, mas é o equilíbrio encontrado entre as diferentes sensibilidades e é o ponto de partida para se fazer mais e melhor", resume João Dias.

A importância da formação nas IPSS

No seguimento de artigos sobre o trinómio "Qualidade, Formação e Inovação" que deve orientar as estratégias das IPSS no sentido da consolidação da sua sustentabilidade, vou abordar o segundo tema: A Formação nas IPSS.

A Formação é uma vertente muito importante do processo de gestão de pessoas nas Instituições. Como sabemos, as Instituições sem fins lucrativos sobrevivem com apoios financeiros mas as suas pessoas é que são o verdadeiro garante da sua sustentabilidade, em que para muitas delas, a principal motivação para o trabalho não é o salário mas o sentido de pertença e o orgulho da contribuição para uma "boa causa", o que deve levar a Direcção da Instituição a fazer um esforço em trabalhar outras vertentes, no sentido de que o colaborador se sinta bem ao serviço da Instituição. Existem várias formas de cumprir com esta permissa que podem ser: avaliação de desempenho, formação, programas de reconhecimento, de mobilidade e de equilíbrio entre a vida profissional e familiar. As Instituições que conseguirem atingir este patamar serão aquelas que melhores condições tem para atrair os melhores talentos. Temos de ter em conta que nas Instituições sem fins lucraticos, o valor é gerado pelo "capital humano" e se não existirem as condições adequadas para que as pessoas se sintam felizes no seu trabalho pode estar em causa a sustentabilidade da Instituição, porque "só pessoas felizes podem ajudar outras a serem também felizes".

Num quadro de sujeição das IPSS a severas regras de exigência, impostas pela Tutela através do "Novo Estatuto" e também as regras de funcionamento do "Portugal Inovação Social" que vem gerir os fundos do Portugal 2020 a afectar à economia social, impõem às entidades candidatas aos fundos que tenham capacidade de inovar, de chamar a si investidores sociais e de terem uma gestão suficientemente ágil para fazer face aos desafios dos projectos que venham a lançar.

Como sabemos, num ambiente de mudanças e pressões, o conhecimento é um factor chave que irá fomentar a inovação, a qualidade e a criatividade contribuindo assim para o progresso da Instituição.

A Formação permite ao colaborador adquirir competências e colocar o seu conhecimento ao serviço das Instituições. Uma organização com colaboradores que apliquem sistematicamente nos contextos de trabalho as competências e os conhecimentos adquiridos em formação, está em melhores condições de proporcionar maior produtividade, um ambiente participativo e motivador e mais orientado para atingir os objectivos pretendidos. Esta necessidade coloca o "Capital Humano" como o motor do desenvolvimento organizacional das Instituições.

Nesta perspectiva, considero de crucial importância a formação dos Recursos Humanos ligados à gestão administrativa e de liderança, nas seguintes áreas:

- Estratégia (gestão estratégica; planeamento e controlo de gestão; Boas Práticas de gestão)
- Financeira (contabilidade e análise financeira; contabilidade de custos; controlo orçamental)
- Mudança (Inovação Social e avaliação de impacto; gestão de projectos; gestão da qualidade)
- Comunicação e Marketing(Comunicação organizacional; Marketing Social; Angariação fundos)
- Pessoas (Gestão de Recursos Humanos; Avaliação desempenho; Gestão de voluntários)
- Comportamento organizacional (Liderança de pessoas e de Equipas)
- Enquadramento jurídico (Regime jurídico das IPSS, Fiscalidade e Mecenato, Legislação Laboral)
- Sustentabilidade (gestão da sustentabilidade; redes colaborativas; candidaturas a apoios de investimento social nacional e internacional; fundos da União Europeia.

Muito importante também é a avaliação do impacto da formação na modernização das IPSS.

Só assim teremos um sector social e solidário Forte, Capacitado e Sustentável.

JOSÉ LEIRIÃO

CNIS/ jleiriao@zonmail.pt

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Redundâncias evitáveis

1. Elaborar um plano de criação de uma rede pública de creches usando fundos comunitários, ter educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos três anos de idade até ao final da presente legislatura, criar um plano extraordinário de combate à pobreza infantil, alargar amplamente o abono de família e reforçar a contratação de técnicos para as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Sucintamente, são as principais recomendações que o PCP fez ao Governo em quatro projetos de resolução que entregou no Parlamento no dia 1 de Junho para, simbolicamente, assinalar o Dia Mundial da Criança.

De acordo com os diplomas, o projeto de resolução pela universalização da educação pré-escolar a partir dos três anos de idade prevê essa implementação ao longo da legislatura e recomenda também que o Executivo faça o levantamento das carências de equipamentos públicos desta natureza para perceber o que é preciso reabilitar, ampliar ou construir na rede do parque escolar. Segundo as recomendações, este programa de alargamento do pré-escolar deve ser feito com o envolvimento dos Municípios e prever à partida um plano de financiamento, contando com os fundos comunitários.

Esse é também o método que o PCP recomenda para financiar a criação de uma rede pública de creches de qualidade, objetivo inscrito noutro projeto de resolução. Primeiro há que fazer um levantamento de todos os equipamentos de resposta à infância existentes, nomeadamente creches públicas, privadas e do sector social.

2. Se há imagens de marca no PCP, a seriedade com que situa as suas propostas, o seu sentido de responsabilidade comunitária e a sua proverbial sensibilidade social são algumas delas. Pelo seu histórico de coerência e por integrar uma maioria parlamentar que respalda o XXI Governo Constitucional, não só tem legitimidade como também tem o dever de apresentar recomendações que visem uma comunidade menos pobre, mais justa e mais igual, e de apontar medidas que apontem para o apoio às famílias de baixos rendimentos, à conciliação trabalho/família, à diminuição do risco de pobreza associado ao trabalho, à inclusão social e à igualdade de oportunidades.

É o caso em apreço, e, enquanto tal, digno de louvor.

Porém, o tema das competências do Estado, a nova discussão sobre "Contratos de Associação" e experiências recentes, como a do ATL e a dos Centros Escolares, recomendam cuidada ponderação.

É evidente que não querendo agora questionar a opção pela "Escola a Tempo Inteiro", essa teria sido uma medida muito mais meritória se, por exemplo, algo tivesse sido feito para integrar ou articular com a rede capilar dos CATL (centros de atividades de tempos livres). Saía melhorada a própria medida, que teria ganho outra consistência e outra durabilidade, e beneficiavam as crianças e as famílias enquanto se acautelava um Sector Solidário que merecia e merece muito maior acarinhamento.

> "E NA CONFUSÃO FLORESCE O DESENCANTO, QUE, EM TEMPOS DE CRISE, MAIS A AGRAVA. E, À GUISA DE ALERTA, NOTA-SE QUE O DESENCANTO NO SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO PARECE CRESCER E A COMUNIDADE PARECE DESMOBILIZAR-SE..."

Também a muito meritória beneficiação do Parque Escolar não protegeu suficientemente a resposta solidária do Pré-escolar, pelo que alguns Municípios e os seus novos centros escolares criaram redundâncias caras para o Estado e desincentivadoras do envolvimento das comunidades. Alguma turbulência se instala no Sector Social.

O debate sobre Contratos de Associação talvez perdure. Não sendo propriamente tema que o Sector Solidário queira abraçar, constata-se, porém, que nem sempre se tem querido evitar alguma confusão entre o que é particular e o que é privado, o que é lucrativo e o que é solidário. E na confusão floresce o desencanto, que, em tempos de crise, mais a agrava. E, à guisa de alerta, nota-se que o desencanto no Sector Social Solidário parece crescer e a comunidade parece desmobilizar-se...

3. O programa de alargamento do pré-escolar recomendado, e bem, pelo PCP, deve ser feito com o envolvimento do Sector Público (Estado com Municípios), do Sector Social Solidário e do Sector Privado, lucrativo. Os três integram a Rede do Pré-escolar, pelo que nenhum pode ser excluído. Como recomenda o PCP, tal programa também deve prever um plano de financiamento, contando com os fundos comunitários.

Também a criação de uma rede de creches de qualidade. Mais do que pública, a prestar serviço público. Com o envolvimento do Sector Social Solidário que, também aí, tem uma dimensão e uma prática que lhe conferiram uma competência e uma ciência que não têm concorrentes e que se consolidou numa proteção social direta assegurada por uma rede de entidades e instituições de natureza particular, fora do perímetro do Estado ou de outras entidades públicas e concretizada pela entidade mais próxima, numa escala territorial. Se no que a Creches concerne podemos falar de Rede, ela é essencialmente Rede Solidária.

Ao Estado, central, com Municípios competirá consensualizar um programa sustentado. E, com o contributo da Rede Solidária, estabelecer um mapeamento, com identificação de todos os equipamentos existentes, faseamento de necessidades a responder e com afetação de recursos e agentes.

Com o envolvimento das comunidades, o Sector Social Solidário uma vez mais corresponderá. Com serviço público, benefício de todos e significativas poupanças.

CONSELHO GERAL

Não se deve inverter o caminho já feito na Cooperação

Em mais uma reunião do Conselho Geral, a Direção da CNIS deu conta do momento atual da Cooperação, com o padre Lino Maia a alertar para "nuvens perigosas que pairam no ar", sublinhando que é fundamental manter o caminho que vem sendo percorrido pelo Setor Social Solidário e o Estado.

Fátima acolheu mais uma reunião do Conselho Geral que se iniciou com a apresentação, por parte do diretor-executivo, João Dias, da nova estrutura orgânica da CNIS [ver página 2].

A propósito do momento da Cooperação, o presidente da CNIS deu algumas informações aos conselheiros, deixando igualmente alguns alertas.

O padre Lino Maia reportou algumas questões debatidas com o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, num encontro tido à cerca de mês e meio, começando por dizer que não sabia ainda dizer para quando será efetivada a adenda ao Compromisso de Cooperação 2015/2016.

"Não sei a data da publicação da adenda, mas a CNIS já enviou uma proposta com alguns pontos importantes", afirmou o presidente da Direção, que avançou que a adenda "contemplará alguns pontos, como a atualização dos Acordos de Cooperação", que, "em princípio, terá três condicionantes a ponderar: a inflação, o IAS (Indexante de Apoio Social) e a TSU (Taxa Social Única)".

Porém, o padre Lino Maia alertou que "estes fatores não darão grande atualização e, quando somados, se ultrapassar o 1% já será bom!".

Por outro lado, e no seguimento do que já escreveu em Editorial, publicado no SOLIDARIEDADE de junho, o líder da CNIS deixou duas notas sobre o propalado concurso que o Governo pretende implementar para os novos Acordos de Cooperação.

"Não está em causa o que já está acordado e, por proposta da CNIS, a proximidade e o histórico das instituições deve ser tido em conta", sustentou o padre Lino Maia, revelando ainda que após o encontro que teve com o ministro Vieira da Silva "nada mais avançou".

Ainda sobra a matéria dos Acordos de Cooperação, e com o contributo de alguns conselheiros, o presidente da CNIS sublinhou que "o processo de atualização com revisão em baixa não está a ser totalmente respeitado, pelo que é preciso fazer algo", uma vez que volta a verificar-se que há diferenças de tratamento entre distritos e até no seio de alguns distritos.

Outro tema que tem colocado as IPSS em sobressalto é o das fiscalizações/inspeções. A este propósito, o padre Lino Maia lembrou que "as ações inspetivas não são controladas pelo poder político, e ainda bem, por isso deve haver regras claras, pois, por vezes, até parece haver agendas paralelas e mandatadas".

O presidente da CNIS informou ainda os conselheiros de que "o Governo tem reticências em revelação a alguns artigos do Decreto-lei 172-A, pelo que pretende fazer um novo decreto-lei" e ainda, sobre as Cantinas Sociais, que é intenção do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social reformular a resposta no sentido de ser "menos Cantina Social e mais apoio para que as famílias possam confecionar as refeições na própria casa", uma situação que deverá ser compatibilizada com o FEAC (Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados).

"As instituições serão candidatas a armazenistas dos alimentos a fim de cobrir todo o território nacional, com mais distribuição e maior proximidade", revelou o padre Lino Maia, que deu ainda conta de outra questão: "O Governo não gosta muito das RLIS (Redes Locais de Intervenção Social) e o mais certo é que, ao fim dos três anos contratualizados, a resposte não continue nos mesmos moldes. A RLIS é bem vista, mas não a ser desenvolvida pelas IPSS, pois é coisa mais das autarquias".

Em jeito de comentário, o presidente da CNIS sustentou que a RLIS "causa mais constrangimentos às instituições do que benefícios às pessoas".

A algumas questões colocadas pelos conselheiros, o presidente da CNIS disse que "a CNIS fez sentir ao ministro da importância em se estabelecer um acordo para que a oscilação de frequência não afete, no imediato, a comparticipação", justificando com o facto de ser uma dupla penalização para as IPSS, pois, para além de perderem as mensalidades dos utentes, têm que devolver verbas à Segurança Social, o que cria constrangimentos graves.

O padre Lino Maia referiu ainda que era importante "o estabelecimento de valores de referência, como já existe para a ERPI, para outras respostas sociais", mas lembrou que isso "exige um estudo sobre a frequência das valências".

Sublinhando que "o País é pequeno, mas muito desigual", o presidente da CNIS considerou que "é um enorme prejuízo para as pessoas inverter o caminho já feito", porque "a pretexto de sermos bons alunos, não se deve levar a adotar modelos estrangeiros em detrimento do que é nosso e bom", rematando: "O Estado não faz tudo, o Estado é quem faz fazer".

E a fechar o período de informação aos conselheiros, o padre Lino Maia deixou um novo alerta, considerando importante todos estarem vigilantes: "Pairam no ar algumas tentações que podem ser perigosas para as instituições".

SAÚDE E REFUGIADOS

Depois do reagendamento da X Festa da Solidariedade para o dia 30 de setembro, em Coimbra, o Conselho Geral tomou conhecimento das dificuldades que forçaram o adiamento do evento e ainda da alteração da temática do seminário que o integrará.

Assim, sob o título «IPSS Promotoras de Saúde - Uma influência positiva nos determinantes da saúde», o encontro de trabalho que preencherá o todo o dia, realizando-se à noite a Festa da

Solidariedade.

Três grandes temas estarão em debate no seminário, a saber: Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados; Envelhecimento Ativo; e, por fim, Saúde Mental e Solidariedade.

Antes, no dia 15 de Setembro, no Porto, a CNIS promove um seminário no âmbito da ação que está a desenvolver em torno dos Refugiados Menores Não Acompanhados, com o objetivo de preparar para o acolhimento.

Na fase final da reunião, os conselheiros deram conta das agendas das respetivas entidades que representam e ainda de algumas recomendações à CNIS, tendo sido abordados temas como a o fim de vida das viaturas de transporte de crianças, a "ameaça autárquica" ao Pré-escolar, os CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social), os LIJ (Lares de Infância e Juventude), as coimas exorbitantes por via das ações inspetivas, a restituição do IVA, o Serviço de Apoio Domiciliário e a formação profissional, entre outros.

Nota para duas iniciativas reveladas pelos conselheiros, uma promovida pela FAPPC (Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral) e uma outra pela UDIPSS Bragança, que será o I Congresso das IPSS de Bragança, a realizar em Novembro. Quanto à iniciativa da FAPPC, trata-se de um encontro nacional sobre Intervenção Precoce (IP), intitulado «As IPSS e o Acordo de Cooperação de IP», que se realiza dia 15 de julho, no auditório da Atmosfera M, no Porto.

Na ronda final de intervenções por parte dos conselheiros, foram vários os que quiseram expressar o seu apoio à Direção, fazendo suas as palavras que o presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, dirigiu ao presidente da CNIS, num claro incentivo para que a Direção se sinta acompanhada e fortalecida nas suas frentes de negociação: "Padre Lino, tem aqui, nas instituições, um exército pronto a ser mobilizado e a marchar consigo".

CBEI – CENTRO DE BEM-ESTAR INFANTIL, VILA FRANCA DE XIRA

Renovação das instalações é crucial ao futuro

Situado no coração de Vila Franca de Xira, o CBEI – Centro de Bem-Estar Infantil apoia mais de 450 crianças diariamente e contorce-se numas instalações que já não correspondem à qualidade que a instituição pratica. Apesar de muitos outros projetos, cuidar das instalações é a prioridade da Direção.

Nasceu em 1943, pela mão do padre Vasco Moniz, sob o nome de CASI – Centro de Assistência Social Infantil e foi, até 1975, o que hoje se designa por Lar de Infância e Juventude para rapazes, que, para além de ali serem acolhidos, podiam aprender uma profissão e, assim, "fazerem-se homens".

No entanto, com o dealbar da Democracia em Portugal, e fruto do período político que se vivia em 1975, o chamado Verão Quente, a instituição sofreu uma profunda alteração. Deixa de ser um local de acolhimento para rapazes sem retaguarda familiar, para, pela mão de um grupo de funcionárias, surgir um infantário, surgindo, então, a designação CBEI – Centro de Bem-Estar Infantil, de Vila Franca de Xira.

"A grande necessidade era a creche, ou seja, um local onde as mães pudessem deixar as crianças pequenas, porque nessa altura a mulher começa a trabalhar", afirma Maria do Carmo Avelino, coordenadora pedagógica da instituição, que acrescenta: "Conforme as necessidades fomos alargando as respostas".

Esta ideia é reforçada pelo presidente Gil Teixeira, que sublinha o facto de, "ao longo da história, a instituição sempre se pautou pelo apoio às famílias nesta vertente da educação, mas igualmente pela atividades que promove".

A instituição começou por ter apenas creche, mas ao longo dos anos, e dando resposta às necessidades da comunidade, foi alargando as suas respostas, para já, sempre na área da infância. Assim, atualmente, para além dos 90 bebés que acolhe em Creche, o CBEI tem 150 crianças em Pré-escolar e 220 em ATL, contando com uma equipa de 120 funcionários.

Para além destas respostas, a instituição tinha uma Cantina Social que apoiava 47 famílias, aguardando os desenvolvimentos que esta resposta vai ter por parte do atual Governo, e serve cerca de 550 refeições/dia às escolas do concelho, fruto de um protocolo com a Câmara de Vila Franca de Xira. No total, o CBEI confeciona e serve mais de mil refeições por dia, o que leva o presidente da instituição a enfatizar um facto: "O CBEI é conhecido pela boa cozinha".

E se o trabalho educativo e as refeições lá confecionadas são o grande cartão-de-visita da instituição, os seus responsáveis consideram que é incontornável o CBEI dar um salto qualitativo em termos de instalações, fundamental à continuidade do bom trabalho que tem desenvolvido e que lhe granjeou reconhecimento da comunidade.

Depois de ter atravessado, há cerca de 13 anos, um "período menos bom, com algumas dificuldades financeiras", o CBEI soube superá-lo, mas deixou passar algumas oportunidades para renovar o seu edificado.

"A instituição, há 13 anos, passou por essa situação muito difícil e, desde que se tornou CBEI, perdeu a oportunidade de se modernizar em termos de instalações. No fundo, adaptou o existente, mas ao longo destes anos não aproveitou o dinheiro que havia disponível", lamenta Gil Teixeira, lembrando, no entanto, que "houve muitas instituições que foram mais longe, mas também têm mais encargos".

O ter deixado passar algumas oportunidades no sentido de aproveitar fundos europeus e algumas linhas de crédito para se modernizar, coloca atualmente um problema à instituição, pois "necessita de fazer obras urgentes".

"Para além de ter deixado passar algumas oportunidades, o Município tinha interesse

neste local e, já vai para meia-dúzia de anos, começámos a trabalhar no sentido de juntar objetivos. A Câmara queria construir aqui um silo-auto e um jardim e nós ficaríamos com um terreno novo para construir um edifício de raiz, numa Zona de Expansão de Vila Franca", conta o presidente do CBEI, prosseguindo: "Esta zona não avançou devido à situação económica do País, mas também porque na altura se propôs que neste mesmo local ficassem as três coisas, o silo-auto enterrado, o CBEI por cima e o jardim na cobertura. Cabia tudo aqui e nós

ganhávamos mais área, porque tornávamos tudo mais funcional. Na altura, a Câmara até nos propôs ficar com a exploração do silo-auto, o que era uma mais-valia em termos de receita. Face à situação provocada pela crise e pelas novas regras que as autarquias têm em termos de investimentos, as coisas ficaram paradas".

Perdida mais uma oportunidade, os dirigentes do CBEI não baixam os braços e tentam de outra forma requalificar as instalações a que os anos e o muito uso não têm dado tréguas.

"Internamente estamos a trabalhar numa proposta para levar à Câmara no sentido de reformular estas instalações, face à impossibilidade atual de fazer umas novas, mantendo a vertente educativa e melhorando as condições. Assim, nos próximos 10, 20 anos não falaremos em novas obras", afirma Gil Teixeira, que aponta uma das consequências do estado das instalações: "Não termos adaptado estas instalações já fez com que algumas famílias tenham procurado outras alternativas".

Esta situação acaba por ter repercussões na situação financeira da instituição, se bem que não é a saída de utentes que causa os maiores constrangimentos.

"Já tivemos piores dias, já tivemos melhores dias, mas neste momento não estamos a atravessar um período financeiro muito bom, principalmente devido à revisão das mensalidades, à saída de alguns utentes que pagavam mensalidade máxima, muitos incumprimentos e muitas mensalidades mínimas", explica Gil Teixeira.

Apesar de manter o mesmo número de utentes, a coleta das mensalidades "reduziu bastante", sendo que "os custos com pessoal crescem todos os anos e as receitas, sobretudo das mensalidades de creche, têm decrescido muito".

E apesar dos problemas da baixa natalidade também já se sentirem em Vila Franca de Xira, que "está bastante envelhecida e é uma cidade onde muita gente vem apenas dormir", o CBEI "não tem falta de crianças".

Lurdes Oliveira, secretária da Direção do CBEI, sustenta que "outras instituições até poderão ter melhores instalações, mas não há crianças em excesso, porque a questão demográfica entra aqui com grande peso", ao que o presidente acrescenta: "O CBEI, por todo o seu passado, soube que tinha que ser algo bom e positivo e isso faz com que famílias que não vivem na cidade venham cá deixar os filhos, porque, além de ser um local de passagem, ouviram falar bem do CBEI. E, depois, temos excelentes profissionais e boas atividades".

Apostando e acreditando na qualidade do serviço que o CBEI presta, os seus responsáveis mostram-se "preocupados com a intenção do Governo em abrir salas de creche e mais salas de pré-escolar no Ensino Público", considerando Gil Teixeira que isso "desestabiliza e cria algumas incertezas".

Apesar de todos estes obstáculos, a instituição ainda tem uma lista de espera para creche, "não como a de há nove anos", quando Gil Teixeira entrou para a instituição, mas "a instituição não tem falta de crianças".

O problema é outro e é grave, segundo o presidente: "Infelizmente, quase todos os dias temos pedidos de revisão da mensalidade,

porque um dos pais ficou desempregado, entre outras razões. Neste momento, temos mais famílias a pagar menos e, infelizmente, algumas a não conseguir pagar. Em números redondos, em Março, tivemos qualquer coisa como 20 mil euros de dívida das famílias. Vamos tentando receber, mas é uma situação que, para uma estrutura pequena como a nossa, coloca grandes dificuldades".

Tendo nas mensalidades dos utentes, na comparticipação da Segurança Social e nos protocolos com a Câmara as principais receitas, a que junta alguns donativos relacionados com algumas iniciativas que promove, como o Mercado Medieval, entre outras, o CBEI equaciona diversificar as respostas à comunidade, atenta que está à evolução demográfica do concelho que serve.

"Esta Direção tem trabalhado a fundo no sentido de encontrar outras áreas dentro da instituição para a manter viva e manter os postos de trabalho. Em Outubro fizemos um seminário da área da geriatria, que coincidiu com a alteração dos Estatutos, que estavam muito focados na área da infância, mas agora somos uma instituição dos 0 aos 100 anos", revela Gil Teixeira, que dá nota do que está a ser burilado: "Estamos a preparar-nos para a área do Apoio Domiciliário, mas que não faça concorrência às outras instituições que já o têm. Queremos lançar esse serviço ainda este ano mas na vertente do cuidador. Estamos a tentar uma parceria com o hospital de Vila Franca, que já tem esse projeto. Ou seja, o hospital dá uma pequena formação a um familiar de um doente prestes a ter alta para que possa melhor cuidar desse doente. Nós, um pouco nesse espírito, no caso de não haver esse familiar fazemos esse papel e cuidamos do doente. Para além disto, podemos fazer outro tipo de intervenções, como a limpeza e a alimentação e até na área da animação. O nosso objetivo não é direcionarmos o serviço apenas para os idosos, pois há pessoas mais novas que necessitam de ajuda, apoio e convívio. A nossa intenção é sermos mais abrangentes".

Neste sentido, o CBEI está a trabalhar

internamente e com a Câmara no sentido de, "numa fase seguinte, vir a ter um equipamento residencial um pouco diferente do que é habitual", um projeto que Gil Teixeira explica: "Estamos em negociações com um investidor estrangeiro nesta área, pois Portugal é atrativo para alguns idosos estrangeiros virem para cá, e temos aqui uma situação mista com os nossos idosos e os estrangeiros para gerar uma fonte de receita. No entanto, tudo passará por parcerias e estudos que demonstrem a sustentabilidade da solução, caso contrário não avançaremos".

Com o propósito declarado de "abrir a instituição aos mais velhos", principalmente no âmbito da alimentação e convívio com os miúdos à hora da refeição, o CBEI poderá criar uma espécie de centro de dia, mas "sem fazer concorrência às outras instituições", daí a aposta num "serviço diferente".

Para além disto, a instituição quer avançar com "novas vertentes na área do ensino, com mais atividades de enriquecimento cultural e educativo para os miúdos, apoio ao estudo, dança e outro tipo de atividades ao fim do dia", bem como "lançar outras duas atividades desportivas, na senda do que já faz com a natação".

Outras novidades poderão ser os campos de férias, em parceria com a comunidade chinesa, no sentido de estabelecer um intercâmbio com jovens chineses, e ainda algo, "já falado várias vezes no seio da instituição", que passará por "um possível apoio a crianças com necessidades especiais".

CEERIA - CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ALCOBAÇA

É urgente reinventar algumas respostas para a deficiência

O CEERIA – Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça assinala, este ano, 40 anos de existência e encontra-se num ponto decisivo da sua vida para poder continuar a apoiar mais de 750 utentes em boas condições (leia-se, instalações).

Como muitas das instituições congéneres, o CEERIA dá apoio a pessoas portadoras de deficiência desde que nascem até que morrem, abrangendo todas as fases da vida e tentando responder a todas as necessidades.

"A vida da maioria destas organizações desenvolve-se como a vida de qualquer um de nós e há, claro, etapas decisivas. A primeira, e sempre mais heroica, é a que faz criar a organização, a sua génese e a sua razão de ser, sendo certo que nestes 40 anos muita coisa se foi transformando", começa por dizer Luís Rodrigues, responsável pelo CEERIA (Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça), acrescentando: "Esta organização surge porque nessa altura nesta região, como em qualquer outra deste País, as crianças com deficiências ficavam em casa porque o sistema educativo não tinha respostas adequadas para a sua educação. Estas organizações, na sua génese, foram uma pedrada no charco, visando dar visibilidade a essas crianças e dizer-lhes que elas têm os mesmos direitos que as outras. Este é o grito do Ipiranga, aquilo que determina a razão de ser destas organizações".

No caso do CEERIA, a instituição surge para "cumprir este objetivo", mas, ao longo do tempo, as necessidades da comunidade e desta população específica aumentam.

"Desde logo, essas crianças crescem, deixam de ser crianças e passam a ser adultas e, no imediato, surge a necessidade de diversificar as respostas a desenvolver", sustenta Luís Rodrigues, que aponta a integração de Portugal na União Europeia como um marco decisivo, "pela possibilidade que essa realidade deu a estas organizações para iniciar o desenvolvimento da Formação Profissional, ou seja, da integração socioprofissional dessas pessoas".

E aqui, para o dirigente do CEERIA, "cumpre-se um segundo objetivo relevante, que é o demonstrar que muitas destas crianças, a que o sistema não estava a conseguir responder, também tinham competências para desenvolver o seu treino profissional e, assim, poderem ser integradas na sociedade".

Neste sentido, o CEERIA "cumpre um segundo papel estruturante, que é tirar estas crianças do anonimato, reabilitando-as e devolvendo-as à sociedade de uma forma mais conseguida e estruturada", defende.

Para além do marco importante que foi a diversificação das respostas, para Luís Rodrigues, é "igualmente estruturante" na vida destas instituições o seu reconhecimento "como parceiro estratégico da sociedade".

"No caso do CEERIA, sendo um Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), trabalhando com todas as comunidades escolares da região e trabalhando nos contextos naturais em que a criança se desenvolve, e sendo um centro de recursos para todas as pessoas com deficiência que estão inscritas nos Centros de Emprego, tanto de Alcobaça como de Leiria, visando dar-lhes um projeto de vida e uma competência de transformação que vise a sua integração socioprofissional, para além de uma série de outras competências que estes centros de recursos têm vindo a acrescentar, faz com que, hoje, sejamos parceiros das estruturas da sociedade e sejamos capazes de lhes dar, como a qualquer um de nós, dignidade e possibilidade de desenvolver as suas potencialidades", afirma o responsável pelo CEERIA, sublinhando: "A afirmação que foi tendo na comunidade e a visibilidade e a capacidade de trabalhar com a comunidade leva ao reconhecimento de que somos um parceiro absolutamente estratégico e indispensável

em todos os níveis no apoio a estas pessoas".

Com um total de 99 colaboradores no apoio a 768 utentes, o CEERIA, atualmente, apoia: 60 crianças em Intervenção Precoce na Infância; cinco na Valência Socioeducativa (escola de ensino especial); 276 no Centro de Recursos para a Inclusão; 274 adultos no Centro de Reabilitação Profissional; 115 em Centro de Atividades Ocupacionais (CAO); e 38 no Centro de Apoio Residencial (lar residencial).

Em termos de equipamentos, a instituição estende-se por três equipamentos: a sede, na rua do Castelo, onde funcionam os serviços administrativos, um CAO e algumas oficinas, entre outros serviços; a Quinta das Freiras, onde há um

CAO e um lar residencial; e ainda no Lameirão, onde a instituição tem dois lares de autonomia.

O crescimento e desenvolvimento do CEERIA está igualmente patente na alteração do nome da instituição que, quando foi fundada por um misto de técnicos, pessoas da comunidade e pais – "As pessoas que mais sentem a necessidade de que isto exista" –, se designava por Centro de Educação Especial e Recuperação Infantil de Alcobaça. Esta situação é elucidativa, também, da evolução da própria sociedade, que hoje já olha a deficiência com outros olhos.

"Sim, hoje, fruto com certeza de alguma transformação de mentalidades na sociedade e muito do trabalho destas organizações no terreno, apesar de ainda existir muito preconceito e dificuldade, muita transformação está, inquestionavelmente, conseguida", sustenta Luís Rodrigues, frisando: "Mas muito trabalho ainda está por fazer, muito caminho está por percorrer, mas alguma coisa já está feita".

Neste sentido, segundo o responsável do CEERIA, a instituição "tem muitos projetos", mas as dificuldades atuais em implementá-los passam pelo edificado, em especial o da rua do Castelo, que está muito degradado e a necessitar de uma intervenção urgente.

"Não sei se vamos conseguir, mas este edificado e o palacete onde estamos está num estado de degradação enorme e se não lhe deitamos a mão não sobreviverá mais um inverno. Neste momento, estamos a concluir os projetos de requalificação destas instalações para vermos o que conseguimos fazer avançar", afirma, sublinhando: "Não se trata de acrescentar mais ao CEERIA, mas de melhorar o espaço. Requalificar as instalações da rua do Castelo é a prioridade, mas mais do que investir em edificado, sendo que neste caso é mesmo urgente, queremos avançar com alguns projetos". Com uma zona de intervenção que vai desde Pombal até à Nazaré, a intenção dos responsáveis pela instituição não é replicar a instituição noutros locais.

"Não queremos fazer um CEERIA 2 em frente ao Mosteiro da Batalha, nem um CEERIA 3 junto ao Castelo de Leiria, o que queremos é afirmar a nossa territorialidade, respondendo, de forma suficientemente qualificada, às pessoas deste território e com as forças locais", explica, reforçando: "Idealmente não queremos construir mais coisa nenhuma e o CEERIA conseguirá afirmar-se nesses territórios se for capaz de com os parceiros locais estabelecer parcerias estratégicas. Um primeiro projeto é continuar a consolidar estas parcerias nos territórios e uma segunda dinâmica que queremos afirmar é a diversificação dos serviços prestados".

Considerando que "a nível de respostas para pessoas com deficiência se está a chegar a uma nova etapa", Luís Rodrigues não tem dúvidas que é preciso as instituições reinventarem essas mesmas respostas.

"Em relação ao CAO não tenho dúvidas que estamos na fase em que temos que nos reorganizar e reinventar. Tudo o que está instalado está esgotado e não se prevê, para os próximos anos, construção de raiz de novos equipamentos para poder abarcar o enquadramento desta resposta. E é necessário passarmos a um outro nível", defende, avançando que "é necessário criar uma resposta mais ligeira".

Por outro lado, este responsável, que é igualmente vice-presidente da Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, diz ser fundamental "desenvolver parcerias para apoiar pessoas de mais idade, com uma maior articulação", dando continuidade a um dos vetores de desenvolvimento da instituição, que "tem sido esta diversificação de respostas que presta".

Para Luís Rodrigues, "o CEERIA é um instrumento fabuloso de transformação social" e, pessoalmente, "um privilégio", considerando a instituição uma espécie de "mata-borrão".

É que, "a sociedade vai excluindo cada vez mais e quando nos olhamos como sociedade e vemos as pessoas que ficam nas margens, margens que rapidamente se tornam centros, não tenho dúvidas que sem o CEERIA estas margens seriam ainda maiores".

E muito importante para compreender estas instituições e o que elas fazem é a forma como olham as pessoas portadoras de deficiência.

"Para nós, a deficiência não é um defeito, nem uma nódoa, nem uma doença... A deficiência é uma característica do ser humano. Na diversidade humana todos temos características distintas. O que faz a riqueza do ser humano é, precisamente, essa diversidade. Então, a primeira matriz clara que este caminho percorrido nos tem ajudado a criar é a de que a deficiência é uma característica do ser humano, não é uma doença que se cura, não é uma nódoa que se apaga. E nessa característica, a nossa convivência e a nossa capacidade de nos desenvolvermos com essas pessoas, longe de nos limitar ou atrofiar, acrescenta-nos coisas", sustenta Luís Rodrigues, acrescentando: "E estas instituições são fundamentalmente mediadoras para a tranquilidade da sociedade. Este é um papel estruturante que o CEERIA procura implementar na comunidade que serve, o de ser facilitador. Daí que todo o trabalho que aqui se desenvolve tem por orientação estratégica recorrer sempre que possível a serviços da comunidade. Na organização apenas se pode fazer aquilo que a comunidade ainda não reúne condições para poder trabalhar com os nossos jovens. E esta é estruturalmente uma das funções do CEERIA, poder dizer à comunidade em que estamos inseridos que convivermos uns com os outros é algo que nos acrescenta como pessoas".

CENSOS SÉNIOR 2016

GNR regista mais idosos em situação de fragilidade

A GNR identificou 43.322 idosos a viver sozinhos, isolados ou em situação de vulnerabilidade, um número que quase triplicou desde 2011, ano em que foi realizada a primeira operação «Censos Sénior», segundo dados da Guarda Nacional Republicana.

Os cerca de 300 militares da GNR envolvidos na operação «Censos Sénior 2016», que decorreu entre 1 e 30 de abril em todo o País, fizeram também, pela primeira vez, o levantamento das pessoas portadoras de deficiência, tendo sinalizado 600 pessoas.

Das 600 pessoas sinalizadas, 166 vivem sozinhas, 38 residem em locais isolados, 33 vivem sozinhas e isoladas. As restantes 363 situações não se enquadram nestas situações, adianta a GNR.

Os dados da GNR referem ainda que a maioria (28.691) dos idosos sinalizados são mulheres.

Dos 43.322 idosos sinalizados – mais 4.106 relativamente ao ano anterior (9,4%) –, 26.000 vivem sozinhos (mais 2.004 relativamente a 2015), 4.626 moram em locais isolados (menos 579) e 3.085 vivem sozinhos e isolados (menos 203).

Os restantes idosos sinalizados (9.611) encontravam-se em "situação de vulnerabilidade fruto de limitações físicas e/ou psicológicas", mais 2.884 relativamente ao ano anterior, refere a Guarda.

Os dados mostram que, entre 2015 e 2016, quase triplicaram (174%) as situações de idosos que foram sinalizados e reencaminhados para as entidades competentes, sobretudo de apoio social, para fazer o seu acompanhamento futuro.

Em 2015 foram encaminhados para instituições de solidariedade social 315 idosos, enquanto este ano foram 864, a maioria mulheres (514).

Os dados da GNR mostram um aumento gradual das situações de carência alimentar entre os mais idosos: em 2011 foram sinalizados 15.596 idosos, número que subiu para 23.001 em 2012, para 28.197 em 2013, para 33.963 em 2014, para 39.216 em 2015 e para 43.322 em 2016.

Segundo o capitão Ricardo Silva, este aumento deve-se a um melhor registo das situações. "Não quer dizer que haja mais idosos [a viver sozinhos e isolados], simplesmente é feita uma melhor referenciação das situações", explicou militar, acrescentando: "A tendência será o aumento porque, cada ano que passa, conseguimos ter um melhor conhecimento do terreno e um melhor registo de onde os idosos estão".

Realizada anualmente pela GNR, a operação «Censos Sénior» tem como objetivo atualizar os registos dos idosos que vivem sozinhos e isolados, identificar novas situações e informar as entidades competentes das situações de potencial perigo.

Durante a operação foram ainda realizadas ações de sensibilização para que "esta população adote comportamentos de segurança que permitam reduzir o risco de se tornarem vítimas de crimes", refere a GNR.

A GNR adianta que continuará, ao longo ano, a acompanhar os idosos sinalizados e as pessoas com deficiência, realizando visitas regulares às suas residências, no sentido de realizar mais ações de sensibilização e fazer uma avaliação da sua segurança.

BATISMO DE VOO

Vamos voar que as diferenças ficam em terra

"Fixe, muito fixe", repetido várias vezes, era o que mais se ouvia da boca das crianças à saída das avionetas em que acabavam de fazer o seu batismo de voo. Era difícil arrancar mais qualquer coisa daquelas caras radiantes e de sorriso rasgado de orelha a orelha. A alegria via-se e sentia-se nos olhares.

"Costumamos dizer que vamos voar que as diferenças ficam em terra, porque lá em cima somos todos iguais", diz Hélder Monteiro, da Associação Cívica Cavaleiros do Céu, que organiza o evento que, em meados de junho, teve a sua terceira edição, novamente no Aeródromo de Cernache, às portas de Coimbra.

Três avionetas e respetivos pilotos todos vindos de França, uma viagem que demorou oito horas, e um dia inesquecível para cerca de 150 crianças e jovens portadores de deficiências.

Leandro, uma criança portadora de uma incapacidade nos membros inferiores, foi com o irmão João Paulo e, já em terra, a primeira coisa que disse, ao SOLIDARIEDADE, foi um esclarecedor quanto satisfação com o voo: "Ficava lá em cima mil horas!".

O exagero de Leandro é perfeitamente compreensível, não só pela satisfação, mas porque os cerca de 15 minutos destinados a cada voo lhe devem ter parecido 15 segundos (passe-se o exagero!).

"Lá em cima é maravilhoso", começa por dizer o piloto Manuel Silva, mentor da iniciativa em França e que depois trouxe para Portugal, contando como reagem as crianças: "Quando entram no avião estão sempre todos um bocadinho com medo e ansiosos, mas assim que o avião está no ar, é o silêncio total e depois… é só sorrisos!". Quando aterram, "a maior parte quer voltar de imediato", sublinha, lembrando a razão para continuar há vários anos a fazer batismos de voo a crianças portadoras de deficiência: "O nosso prazer é fazer estas crianças esquecerem por momentos a deficiência que sentem em terra, porque quando estão lá em cima esquecem tudo".

De facto, foi há quase 19 anos que Manuel Silva, um luso-descendente francês, criou os Chevaliers du Ciel, um grupo de pilotos amadores, que faz batismo aéreos em parceria com "um projeto em que as crianças deficientes e as não deficientes trabalham durante o ano inteiro para no dia H nós as levarmos a fazer o batismo de voo".

Em França a iniciativa dura nove dias e decorre em nove cidades, escolhidas por candidatura.

Hélder Monteiro replicou a ideia em Portugal com a ajuda de Manuel Silva e em 2008 houve a primeira iniciativa nos céus portugueses.

"Na altura avançámos com a ideia e realizámos os primeiros batismos de voo. Em 2010 voltámos a organizar aqui em Cernache e, em 2014, fomos fazê-lo em Fátima, incentivando o pessoal de lá, pois também há uns pilotos que são daquela região e pelos conhecimentos entre pilotos foi lá que aconteceu", recorda Hélder Monteiro, revelando que "vai haver outros eventos em Braga e em Santa Cruz", tudo, diz, "em benefício das crianças".

Para a organização a principal dificuldade não é arranjar aviões, pilotos ou um aeródromo, mas complicado é chegar às instituições.

"Em 2008 selecionámos as instituições através de uma pessoa relacionada com a Segurança Social e, a partir daí, fizemos a nossa base de dados. Desta vez, contactámos as instituições que estão nessa base de dados, mas daqui para o futuro queremos abranger mais instituições, porque nos chegam sempre pedidos após o batismo acontecer", refere Hélder Monteiro, que solicita às IPSS que trabalham com crianças e jovens deficientes para contactarem a Associação Cívica Cavaleiros do Céu através do sitio na internet que, assim, no próximo ano poderão ser selecionadas e escolhidos alguns utentes para voarem.

"Necessitamos de dar a devida importância a estas crianças que muitas vezes são um bocadinho esquecidas", sublinha o organizador, acrescentando: "Para isso, a sociedade civil junta-se e proporciona o evento para que as crianças tenham um dia diferente e feliz. A única coisa que queremos é que as crianças tenham um momento de felicidade e que convivam uns com os outros".

Por outro lado, Hélder Monteiro enfatiza que "a grande virtude do batismo de voo é a satisfação das crianças que tem algumas deficiências", lembrando que "os heróis são os pilotos" por lhes proporcionarem momentos de felicidade enorme.

Mas não foram apenas crianças e jovens portadores de deficiência os bafejados pela sorte de embarcarem numa das três avionetas de serviço no Aeródromo Municipal Bissaya Barreto.

De Ribeira de Fráguas, concelho de Albergaria-a-Velha, juntamente com alguns utentes adultos doentes mentais, foi um casal de idosos, as duas pessoas mais velhas a serem batizadas na iniciativa apoiada pelo Rotary Club de Pombal.

Ana Custódia, de 97 anos, e Manuel Santos, de 88, levantaram voo, pela primeira vez na vida, provando que a idade não deve, nem pode ser impeditiva seja do que for. Também a isto se chama envelhecimento ativo, também isto é dar qualidade de vida aos utentes das IPSS.

Três de cada vez, avião a avião foram batizadas crianças, jovens e um casal de seniores de 11 instituições, oriundas de três distritos (Coimbra, Leiria e Aveiro). A saber: APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo; CERCIPOM – Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Pombal; CERCINA – Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Nazaré; ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã; APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (Leiria); APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra; APPACDM Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra; APEPI – Centro de Acolhimento Temporário Infantil; APPACDM Soure – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure; OASIS – Organização de Apoio e Solidariedade para a Integração Social (Leiria); Cediara – Centro de Dia de Ribeira de Fráguas (Albergaria-a-Velha).

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

SEMINÁRIO CNIS

Gerar debate e criar conhecimento válido para as IPSS

Gerar debate e criar conhecimento em torno das questões da Saúde, que tão, intrinsecamente, estão ligadas às IPSS e ao seu trabalho de proximidade com as populações, a CNIS realiza, no próximo dia 30 de setembro, em Coimbra, o seminário «IPSS Promotoras de Saúde». Em destaque estará a temática da Saúde Mental, por ser algo que muito diz, em especial, às instituições que trabalham com a população mais idosa.

No próximo dia 30 de setembro, integrado na 10ª edição da Festa da Solidariedade, que este ano se realiza em Coimbra, a CNIS promove um seminário no âmbito da Saúde, intitulado «IPSS Promotoras de Saúde – Uma influência positiva nos determinantes da Saúde».

A iniciativa vem assim dar corpo a uma preocupação e importância crescentes no seio da Confederação das questões da Saúde e responde igualmente aos anseios expressos pelas IPSS da área da Saúde no sentido de que a CNIS promovesse mais encontros de trabalho sobre a temática.

"O que pretendemos é reforçar a ligação às questões da Saúde com uma abordagem mais específica", revela Maria João Quintela, membro da Direção da CNIS com o pelouro da Saúde e que encabeça o grupo que organiza o seminário.

"As instituições da Saúde e com mais ligação a esta área têm uma função muito importante desde a prevenção, passando pelo tratamento e até à reabilitação, que por força das alterações que se assistem na sociedade, desde as questões da natalidade ou do aumento da longevidade, entre muitas outras, cria um conjunto de necessidades alargadas que precisam de respostas de proximidade e as IPSS são quem melhor pode desempenhar esse papel", sustenta Maria João Quintela, sublinhando: "Ninguém responde a estas necessidades como as IPSS, até no apoio que presta às famílias, cada vez mais necessário face ao envelhecimento da população. As IPSS, pela sua proximidade, são quem melhor responde a estes desafios".

E, neste sentido, a dirigente da CNIS enfatiza que "é importante realçar o papel das IPSS que trabalham especificamente na área da Saúde e reconhecer o papel essencial que todas as instituições têm na saúde", até porque "as populações e as entidades oficiais parecem não ter consciência do enorme papel que todas as instituições sociais têm na prevenção, promoção e proteção da saúde em Portugal", exemplificada nas campanhas de vacinação ou nos cuidados com fenómenos climatéricos extremos, como seja o muito calor no verão ou o muito frio no inverno.

Este contexto foi, de certa forma, o que norteou a escolha dos temas a debater nos três painéis do seminário de Coimbra, cujo primeiro será

sobre a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), provavelmente a resposta da Saúde mais disseminada pelas instituições associadas da CNIS.

Para Maria João Quintela, "as IPSS são um veículo de informação muito útil das entidades da Saúde" e, com este encontro, a CNIS pretende, também, contribuir para "o reconhecimento do importante trabalho das instituições da Saúde em áreas específicas", mas não só, pois "todas as instituições trabalham a prevenção, promoção e proteção da saúde, ao longo de todas as fases da vida".

A este propósito basta lembrar que mesmo as instituições da área da infância têm um papel decisivo na promoção da saúde pelo simples facto de promoverem uma nutrição saudável e o exercício físico, quando sabemos que é um problema

dos tempos que correm a obesidade na infância.

Por isso, a iniciativa da CNIS tem como principais objetivos: Fomentar a troca de experiências positivas do trabalho das IPSS, na comunidade e próximas dos cidadãos; Promover a solidariedade através do maior conhecimento do trabalho das IPSS; Potenciar parcerias com os diversos intervenientes no sistema de saúde; Dar a conhecer as reformas previstas e em desenvolvimento; Promover o reconhecimento do papel inaliável e imprescindível das IPSS.

Paralelamente, e perante o crescimento galopante do número de pessoas afetadas por demências, o encontro de Coimbra tem agendados dois painéis de debate sobre temas relacionados com a esta questão: Envelhecimento ativo e ainda Saúde Mental e Solidariedade.

António Leuschner, presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental (CNSM), será um dos intervenientes do último painel e deixa, ao SOLIDARIEDADE, algumas ideias sobre a questão.

O clínico começa por dizer que a questão das demências "é um tema complicado, porque já não se trata de saber onde começa o social e acaba a saúde", como noutras situações, "mas onde começa o mental e o neurológico".

E, para António Leuschner, "hoje fala-se muito mais de demências do que há 20 anos porque as pessoas duram mais e, como o principal fator de risco é a idade, aparecem muito mais casos atualmente e torna-se muito mais visível".

Esta "é uma tendência crescente", porque, "enquanto não for encontrada uma maneira de atalhar a doença, não vamos conseguir evitar isto", sustenta o médico, que sublinha: "Quanto mais as pessoas durarem maior a taxa de incidência da demência".

E é precisamente esta situação que tem levantado alguns problemas às instituições que laboram na área da terceira idade e que diariamente se debatem com esta realidade, tentando fazer o melhor em prol dos seus utentes, sejam eles de ERPI, de SAD ou até mesmo de Centro de Dia ou ainda de uma outra qualquer resposta social.

"As instituições precisam de apoio para melhor servirem as pessoas, pelo que é preciso sensibilização, informação e formação", defende Maria João Quintela, que lembra que "há boas práticas nas instituições" e "é preciso dar a conhecer melhor o que as instituições fazem, dar visibilidade ao trabalho que é feito e dar às instituições mais informação e formação".

Nesse sentido, o seminário integra também algumas apresentações das boas práticas das IPSS, seja no âmbito da RNCCI e do envelhecimento ativo.

Por outro lado, o seminário tem também como propósito "reconhecer o enorme papel do voluntariado" neste trabalho fundamental que as instituições desenvolvem, não esquecendo "a importante ligação às universidades", centros de saber e de conhecimento, tão úteis a um bom desempenho das IPSS.

Sobre o papel das IPSS no âmbito da Rede de Cuidados Continuados de Saúde Mental, que o Governo quer pôr no terreno ainda este ano, António Leuschner não tem dúvidas de que o Setor Social está em lugar privilegiado.

"Já houve passos e iniciativas, algum esforço para passar à ação, mas ainda não se passou à ação. É preciso atualizar alguma legislação

e agora vai tentar-se fazer uma atualização da Portaria de 2011 para ainda este ano começar a pôr-se no terreno algumas iniciativas", revela o presidente do CNSM, destacando que "um dado adquirido é que o Estado só por si não vai conseguir dar resposta a todas as necessidades e o recurso à sociedade civil, na qual as IPSS têm um papel determinante, é essencial".

Para o clínico, "há a necessidade de apoio social e de apoio de saúde às pessoas afetadas por doença mental, porque a doença existe e precisa de ser tratada e, de apoio social, para suprimir a incapacidade de desempenho social".

E é aqui que, para António Leuschner, surgem as necessidades e a tal ideia dos Cuidados Continuados.

No entanto, o médico não concorda muito com a designação de Rede de Cuidados Continuados: "Tenho dificuldade em achar que esta designação seja muito boa, entende-se o significado mas fica demasiado à vista que parece ser uma forma à parte de prestar cuidados e não é assim tão distante. O que tem que garantir é que entre os cuidados primários, os cuidados hospitalares e os cuidados sociais haja um *continuum*. Os Cuidados Continuados são, de alguma forma, a garantia desta continuidade e não uma coisa à parte. E o conceito de Cuidados Continuados foi muito colado à ideia de haver uma rede que nada tem que ver com as outras e não é bem isso. E uma característica que esta rede tem, e as pessoas muitas vezes não enfatizam, é que ela é de cuidados de saúde e de apoio social. E, aqui, a continuidade dos cuidados tem que ir para além da saúde".

Neste sentido, o responsável pelo Hospital Magalhães de Lemos, no Porto, olha para as IPSS como estando na primeira linha para poder prestar essa continuidade de cuidados, especialmente para aquele grupo de pessoas mais idosas que não têm retaguarda familiar. O clínico cita de memória alguns números de 2015 que indicam que dos dois milhões de pessoas com 65 ou mais anos, 1,2 milhões vivem ou sozinhas ou com outra pessoa da mesma idade, enquanto as restantes vivem no seio das famílias. Ora, isto significa que muitas destas pessoas facilmente ficam sem ter quem cuide delas.

"E a sociedade no seu conjunto tem que encontrar soluções. E a sociedade tem mecanismos de entreajuda, onde o Setor Social tem um papel importante e tem procurado encontrar respostas eficientes. Muitas vezes são eficientes, mas não são suficientes", alerta António Leuschner, acrescentando: "Temos que ter cuidados para todos, mas o tipo de cuidados de cada grupo é diferente e é preciso que saibamos hierarquizar os cuidados consoante as necessidades e não com o que nos dá jeito".

E, quando se fala em planeamento de cuidados, "percebe-se que o Estado tem que garantir aquilo que são as respostas mais caras e mais difíceis, mas depois tem que fazer alianças com o Setor Social, fundamentalmente, e com o privado, se for o caso", sustenta o clínico, frisando: "No entanto, acho que o Setor Social tem uma maior proximidade e maior analogia com o Estado do que o privado que funciona em outra lógica".

Neste sentido, "esta parceria que está consubstanciada em protocolos entre os dois ministérios (Saúde e Solidariedade) e o Setor Social é virtuoso para evitar duplicações, sobreposições e conflitos, porque quando os recursos são escassos só dá guerra. Depois, fazer para além do desejável não é aconselhável quando os recursos são escassos, pelo que é necessária, cada vez mais, esta articulação e integração, para que a pessoa que precisa de cuidados os receba quando, como e onde precisa".

Esta parceria entre Estado e Setor Social Solidário vem já desde 1998, altura em que foi publicado o Despacho Conjunto nº 407.

"Espera-se que a nova Portaria, a ser publicada brevemente, dê cobertura à transformação das unidades que foram criadas ao abrigo do 407 para se integrarem na nova legislação. E isto está previsto desde 2006, cuja legislação prevê que as experiências do 407 continuavam em vigor até serem substituídas por novas experiências ao abrigo do diploma, só que nunca o foram", critica António Leuschner, acrescentando: "Umas continuam, algumas com grandes dificuldades, e outras infelizmente acabaram por ser extintas. O que se pretende é desenvolver esse tipo de resposta que, no fundo, foi interessante. Isto foi em 1998, estamos a caminho dos 20 anos, e a verdade é que tiveram um carácter pioneiro em Portugal, no sentido de criar esta articulação entre Saúde e Social. O que se pretende é que a nova legislação os albergue com melhores condições".

Em resumo, Maria João Quintela destaca a importância da iniciativa da CNIS, no sentido de "levar a sociedade e as próprias instituições a tomarem consciência da importância do seu papel, que tem que ser mais conhecido e reconhecido, em prol da saúde das populações, pelo seu papel na prevenção, promoção e proteção da saúde e ainda da sua necessária interligação com o sistema de saúde e deste com as IPSS".

Para que todos estes objetivos sejam alcançados, a CNIS está a solicitar a colaboração de todas as suas associadas, através da resposta a um questionário disponível no último Notícias à Sexta de 1 de julho.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Subsidiariedade e Complementaridade

Uma perceção errada do conceito de Supletivo/Complementar, tem pretendido fazer circular que, tudo o que não é estatal, é supletivo e terá de ir fechando à medida que o Estado for "conquistando tudo"!

O setor particular e cooperativo, tanto na educação como na ação social, é subsidiário e complementar/supletivo. Mas não é nem nunca será "suplente"! Suplentes são os pneus!

Enquanto o incêndio alastrou apenas pelas escolas particulares e cooperativas com contratos de associação apoiados financeiramente pelo Estado, muita gente foi assobiando para ar, na expetativa de que ninguém ousaria questionar os milhares de acordos de cooperação entre o Estado e as IPSS na prestação do "Sub-Sistema de ação social".

Com efeito, neste Sub-Sistema, no ponto 3 do artigo 29º da Lei da Bases da Segurança Social está escrito: " a ação social deve ainda ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a atividade de instituições não públicas".

Esta Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro, foi referendada a 9 de janeiro de 2007 pelo então Primeiro Ministro José Sócrates.

Sabendo nós que o Partido Socialista goza da boa fama de ser bem assessorado nas políticas sociais, educativas e de saúde, por gente que sabe, ouso comprovar esta boa fama com a forma como nesta Lei de Bases da Segurança Social são descritos os princípios da "subsidiariedade" e da "complementaridade".

Assim:

Artigo 11º: " o princípio da subsidiariedade assenta no reconhecimento do papel essencial das pessoas, famílias e outras instituições não públicas na prossecução dos objetivos da segurança social, designadamente no desenvolvimento da ação social".

Artigo 15º: " o princípio da complementaridade consiste na articulação das várias formas de proteção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objetivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da proteção social".

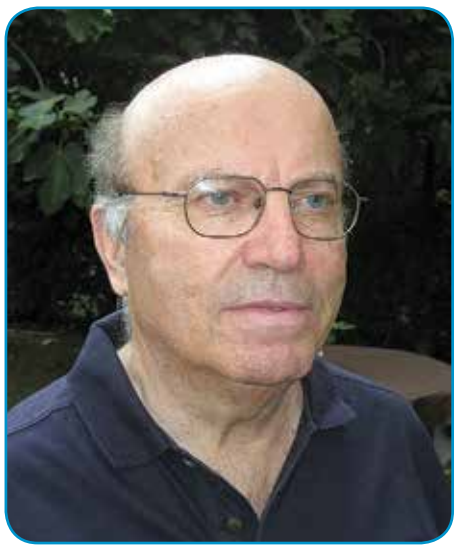
Porém, se alguém tem ainda dúvidas sobre a interpretação do Partido Socialista em relação ao conceito e valor, tanto da subsidiariedade como da complementaridade, recomendo a leitura atenta do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, que dá enquadramento legislativo à Rede Social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro.

No ponto 2 do artigo 3º deste Decreto-Lei pode ler-se: "a rede social assenta no trabalho em parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social".

Da leitura atenta desta visão do Partido Socialista, atual Partido do Governo, e conhecendo nós o pensamento político do Primeiro Ministro, António Costa, um político hábil e defensor do setor particular e cooperativo, como parceiro subsidiário e complementar, tanto nas politicas de educação, como da ação social e saúde, só podemos concluir que muito do que para aí se diz sobre a estatização das políticas de educação como da ação social só pode ser uma "deriva" inspirada noutros quadrantes ideológico/partidários a que o Governo saberá opor-se, se quiser continuar, de futuro, a ser Governo!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Reino Unido e União Europeia: o fim de um casamento não consumado



O referendo britânico do passado dia vinte e três veio pôr fim a um "casamento" que foi quase sempre problemático: falamos da relação entre o Reino Unido e a União Europeia. No princípio, foram as reticências da ainda então CEE à entrada do Reino Unido naquele clube, criado em 1957 e formado então por seis países. As reticências foram assumidas particularmente pela França e pelo seu presidente, o general de Gaule, que transformou essas reticências numa recusa clara, além do mais por causa da relação, demasiado próxima para ele, entre Londres e Washington.

Foi o tempo em que Londres bateu insistentemente à porta da Comunidade Económica Europeia com o apoio da grande maioria dos britânicos que viam nessa entrada uma solução viável para os graves problemas sociais e económicos com que então se debatiam. De qualquer modo, a persistência britânica acabou por ter êxito em 1973, quando era primeiro ministro o líder do partido conservador, Edward Heath, e a França já tinha outro presidente da República, que se chamava Georges Pompidou.

A entrada do Reino Unido na CEE foi objecto de negociações, específicas, difíceis e, por isso mesmo, longas. Foram negociações que tiveram em conta a história e a cultura de um estado que era ele próprio líder de uma outra grande comunidade, a Comunidade Britânica e, por isso mesmo muito mais voltado para o mar do que para a Europa. E a verdade é que, por essas e outras razões, a Inglaterra, chamemos-lhe assim por uma questão de facilidade, não ficou obrigada, já nessa altura, ao cumprimento de todas regras vigentes para os restantes membros da CEE. Por isso, não faltou quem pensasse, à semelhança de De Gaule, que este novo estado membro nunca teria, verdadeiramente, os dois pés dentro do grupo. Seria um "casamento" sujeito a muitas crises. À última não resistiu.

Deve dizer-se que o Reino Unido é que insistiu em fazer parte da CEE, mas isso foi numa altura em que a União Europeia não passava ainda de um projecto que, depois de muitos altos e baixos, acabou por se concretizar em 1992 com o Tratado de Maastricht. Este tratado que, entre outras decisões, criou uma moeda única europeia, a que o Reino Unido não aderiu, tinha uma clara dimensão política, dando toda a impressão de se pretender transformar numa espécie de super-estado europeu. A criação das estruturas administrativas e burocráticas necessárias ao funcionamento desse novo super-estado despoletou reacções negativas, de tipo nacionalista, em muitos países. A do Reino Unido foi apenas a mais dramática.

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do
Centro Social de Ermesinde

“Palavra dada é palavra honrada”

1 - Durante o Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, de 2011 a 2015 – mas principalmente de 2012 a 2014, no decurso da execução do programa de resgate imposto a Portugal pelas instituições internacionais nossas credoras – tal Governo sempre defendeu a necessidade de cumprimento das exigências desse programa, por mais intrusivas que fossem do espaço da nossa soberania e por mais que afectassem os direitos constituídos dos cidadãos.

Tal cumprimento – defendia então o Governo – é que conferiria credibilidade internacional ao nosso País e permitiria estabelecer um clima de confiança nas instituições da troika e nos “mercados” que constituiria condição de sucesso e da “saída limpa”, como lhe chamaram.

Como sabemos, as exigências do programa impunham cortes severos em salários e pensões, com especial punição dos funcionários públicos e dos aposentados da Caixa Geral de Aposentações, bem como a redução de um elenco significativo de prestações sociais, como o Complemento Solidário para Idosos, o RSI, o subsídio de desemprego, o abono de família, as pensões de viuvez…

O confisco de direitos só não foi tão intenso quanto os credores o exigiam e o Governo porfiava, porque em várias ocasiões, e a propósito dos diversos Orçamentos de Estado desse período e legislação avulsa conexa, o Tribunal Constitucional o impediu, por considerar intolerável o esbulho.

O Tribunal Constitucional considerou, em várias medidas legislativas do Governo de então, que tais medidas violavam o princípio da confiança, que é o princípio que se traduz na expectativa que legitimamente se consolida nos cidadãos quanto ao cumprimento pelo Estado das regras do contrato social – e dos contratos particulares que o Estado mantém com cada um de nós.

Várias vezes abordei aqui esse tema, na altura própria, insurgindo-me contra tais medidas e manifestando a minha opinião quanto à inconstitucionalidade delas, como os meus leitores estarão lembrados…

2 – Havia então dois campos, duas perspectivas:

Uma, estribada no Governo e na maioria que o apoiava, que preferia cumprir os contratos com os credores internacionais, relegando para um segundo plano os contratos com os credores internos: os cidadãos.

Na verdade, também um trabalhador do Estado é credor do seu vencimento; também um aposentado ou um reformado são credores da sua pensão.

Não havendo, em sua opinião, possibilidade de cumprir os compromissos internacionais e, simultaneamente, os compromissos internos, o Governo preferiu cumprir aqueles em primeiro lugar.

A segunda perspectiva era a manifestada pelo PS, então na oposição: contratos por contratos, primeiro seria mister o Estado cumprir com os seus nacionais.

Não seria legítimo – proclamava, e bem, o PS – invocar o carácter sagrado dos compromissos, para justificar o cumprimento dos contratos internacionais; esquecendo essa sacralidade no que respeitava aos seus compromissos no plano interno.

“Pacta sunt servanda” – é princípio que vale para todos os contratos.

A expressão popular cunhada por António Costa, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas que conduziram à actual solução de Governo, que resolvi trazer para título da crónica – “Palavra dada é palavra honrada” – resume com grande eficácia essa segunda perspectiva: para o Estado reganhar a confiança da sociedade, tem de cumprir os seus compromissos; com os portugueses primeiro.

O Governo – o novo Governo – haveria de distinguir-se nisso: no cumprimento dos compromissos, no cumprimento dos contratos.

Era a promessa implícita.

Como afirmou António Costa, numa sessão eleitoral em Guimarães: “A primeira coisa que um político tem que saber é que palavra dada tem de ser palavra honrada e é com base nisto que nós reconstruímos a confiança na democracia”.

3 – Nessa mesma sessão eleitoral, o então Secretário-Geral do PS afirmou ainda, exibindo o célebre “caderninho vermelho” que contém o programa eleitoral do PS: “O programa do PS não são palavras que o vento pode levar”

Fui ler esse Programa, na parte que nos diz respeito.

Reproduzo esse (curto) texto:

“Estabilizar e desenvolver a cooperação com o sector solidário”

“O PS, atento ao importante papel desenvolvido pelas organizações não-governamentais da área social, bem como a tradição socialista de reforço da mobilização da sociedade para a promoção da coesão social, continuará a reforçar a cooperação com este setor.

Neste quadro deverá ser dada particular atenção à cooperação com o setor solidário em domínios como o combate a pobreza, a atuação de proximidade no apoio às famílias e às comunidades, e a integração de grupos sujeitos a riscos de marginalização.

O PS proporá com carácter de urgência a renovação do Pacto para a Cooperação e Solidariedade com o horizonte da legislatura e que deverá seguir os seguintes princípios:

• Estabilidade de médio prazo da relação do estado com as instituições sociais;

• Definição de um eficaz quadro operativo do papel regulador das instituições públicas em matéria de cooperação;

• Reforço da prioridade à diferenciação positiva enquanto pilar do modelo de cooperação;

• Garantia da conciliação entre sustentabilidade institucional e acessibilidade aos serviços sociais.”

Aí estão as referências à tradição socialista de reforço da mobilização da sociedade e ao reforço da cooperação, ao Pacto de Cooperação, bem como a explicitação do princípio da estabilidade das políticas públicas no que respeita às relações com o Sector Solidário, como traduções da ideia-forte de António Costa sobre a honradez do cumprimento dos compromissos.

Nem era preciso: os Governos entrantes não é suposto aceitarem o encargo a benefício de inventário, estando antes vinculados e honrar os compromissos anteriores do Estado – mesmo quando não concordem com eles.

O Estado deu a sua palavra – é para cumprir, seja qual for o Governo em funções!

4 – Em 1997, o Estado solicitou às IPSS a adesão destas à Rede Nacional da Educação Pré-Escolar, a fim de lograr o objectivo da universalização da educação pré-escolar das crianças portuguesas.

As IPSS aceitaram a cooperação proposta.

O Ministério da Educação impôs, nessa ocasião, na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, que os educadores de infância ao serviço das IPSS integrantes dessa Rede deveriam ter remunerações progressivamente aproximadas às dos educadores de infância da rede pública – o que levou à actual situação de injustiça relativa entre as retribuições das demais carreiras profissionais nas IPSS e a carreira docente – nesta, a retribuição é de cerca de 2,5 vezes mais do que naquelas, para idênticas qualificações.

Em contrapartida, o Ministério da Educação indemnizaria as IPSS do aumento da despesa, resultante dessa obrigação contratada.

Ora, nesta matéria, a “tradição socialista”, pelo menos no que respeita ao consulado de José Sócrates, não se recomenda: o seu Governo deixou atrasar o pagamento dessa obrigação durante vários anos, colocando sob ameaça a sustentabilidade de tesouraria de muitas Instituições - situação só regularizada pelo Compromisso de Cooperação 2015/2016.

Mas, pelo caminho em que vamos – ou não vamos - parece que essa má “tradição” se está a querer impor …

Ora, “palavra dada é palavra honrada”.

CRIANÇAS E JOVENS

Institucionalização deve-se a falta de acompanhamento familiar

A maioria (60%) das situações de acolhimento de menores em instituições em 2015 foi motivada por "falta de acompanhamento familiar", em que a criança ficou entregue a si própria por "largos períodos de tempo", segundo o CASA 2015 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens.

Já 33% das 8.600 situações de acolhimento deveram-se à exposição da criança "a modelos parentais desviantes", pode ler-se no documento agora divulgado.

A terceira maior problemática centra-se ao nível da negligência dos cuidados de educação (32%) e de saúde (30%), em que se verifica uma ausência de cuidados de rotina necessários ao "são desenvolvimento" da criança.

O relatório do Instituto da Segurança Social assinala ainda o aumento dos comportamentos de risco da criança/jovem face a 2014, que motivaram 15,5% dos internamentos, e a diminuição (1%) dos casos de mau trato fisico.

Analisando as medidas em meio natural de vida anteriores à situação de acolhimento, verificou-se que 4.255 crianças e jovens (49,5%) já tinham sido alvo destas medidas, mais 330 face a 2014.

Destes, 3.430 tinham recebido apoio junto dos pais, 851 apoio junto de outro familiar, 157 tinham sido confiados "a pessoa idónea" e seis tiveram "apoio para autonomia de vida".

Perante estes dados, o documento afirma que, "mais uma vez, poderão levantar-se questões sobre a eficácia das medidas em meio natural de vida e sobre o real investimento que nelas é efetuado, quer sob o ponto de vista do acompanhamento técnico, quer na intervenção desenvolvida".

"Eventualmente, poderá ter existido desadequação na definição dos planos de intervenção definidos, dificuldades na sua implementação e nos apoios efetivamente prestados às crianças, jovens e respetivas famílias", explica.

Do total de crianças acolhidas, 3.100 (36%, mesma percentagem que em 2014) já tinham vivenciado experiências de acolhimento em outros locais.

Segundo o relatório, 2.484 (80,1%) estão atualmente na segunda resposta, 476 (15,4%) na terceira e 140 (4,5%) estão na quarta, quinta ou sexta resposta de acolhimento, sendo na faixa etária dos 15 aos 17 anos que se regista o maior número desta última situação.

Para os autores do documento, estes dados, além de "inquietantes, por supor que estas crianças e jovens, ao longo do seu crescimento, foram expostos a várias mudanças e sujeitos a inúmeras ruturas", permitem prever "as sérias complicações relacionais e de vinculação que isso acarreta nas diversas etapas do seu desenvolvimento, na construção da sua identidade e personalidade, e no desenvolvimento do sentido de pertença".

A maioria das crianças (7.685) já tem definido o seu projeto de vida, continuando a prevalecer a "autonomização" e a "reintegração na família nuclear" com um peso, respetivamente, de 33% (32% em 2014) e de 31,4% (30% em 2014).

O projeto de vida "adoção" foi definido para 882 crianças (10,3%), o "acolhimento permanente" para 7,8%, a integração na família alargada" para 5,5%, a "confiança à guarda de terceira pessoa, tutela, regulação do exercício das responsabilidades parentais" para 1% e o "apadrinhamento civil" para 0,4% dos menores.

LIGEIRO AUMENTO DE CASOS

Por outro lado, as comissões de proteção de menores acompanharam 73.355 crianças e jovens em 2015, 855 das quais em situação de incapacidade ou deficiência, revela o relatório destas instituições, que aponta um aumento de 0,5% no número de processos acompanhados.

Traçando o perfil das crianças acompanhadas e caracterizadas, o Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) refere que a maioria (54,2%) são rapazes com idades entre os 15 os 21 anos (25.151 jovens).

Segundo o documento agora publicado, 17.164 crianças tinham idades entre os 11 e os 14 anos, 15.390 entre os seis e os 10 anos e 14.110 menos de cinco anos.

A grande maioria dos menores vive com a sua família biológica ou adotiva.

Relativamente à situação dos cuidadores das crianças e jovens com processos instaurados pelas CPCJ, o documento revela que a maioria (61,3%) tem como principal meio de subsistência os rendimentos provenientes do trabalho, registando-se um ligeiro acréscimo relativamente a 2014 (56,9%).

Já 15,4% são beneficiários do Rendimento Social Inserção, valor inferior ao de 2014 (15,6%), confirmando a tendência decrescente desde 2011.

As famílias que beneficiam de pensões (social, invalidez, sobrevivência, etc.) representam 12,9% do total, contrariando a tendência crescente verificada nos últimos anos, enquanto 3,4% têm como fonte de rendimento o subsídio de desemprego (4,6% em 2014).

Relativamente à nacionalidade das crianças, o relatório refere que 95,4% (28.140) são portuguesas.

Analisando os continentes de onde os menores são oriundos, o documento indica que 604 vêm da Europa (44,5%), 381 de África (28,1%), 340 da América (25,1%), 31 da Ásia (2,3%) e uma da Austrália.

No ano passado, as CPCJ acompanharam 73.355 processos, mais 336 (0,5%) face a 2014. Contudo, esta tendência de crescimento é inferior à registada em 2014, em que houve um aumento de 1.452 processos, sublinha o relatório.

Houve ainda 34.627 processos que transitaram de anos anteriores para 2015, menos 43 do que em 2014.

De acordo com o relatório anual do trabalho desenvolvido pelas 308 comissões em todo o país, foram instaurados, em 2015, 30.400 processos de promoção e proteção (mais 44 em relação a 2014), dos quais 28.949 correspondem a novas situações de perigo.

Nos processos instaurados, mantém-se a predominância dos jovens com idades entre os 15 e os 18 anos (8.532 crianças), seguidos das crianças entre os 11 e os 14 anos (7.362), dos menores entre os zero e os 5 anos (7.267) e dos seis aos 10 anos (8.532).

Em 2015 foram reabertos 8.328 processos, mais 335 (4,5%) face a 2014, e arquivados 38.695 processos, mais 1.273 (1,5%), tendo transitado 34.660 processos para 2016.

De acordo com o relatório, Lisboa, Porto e Setúbal continuam a ser os distritos com maior volume processual global nacional, reunindo 49,1% dos processos.

CPCJ

Oitenta técnicos reforçam Comissões

Oitenta técnicos vão reforçar, em julho, 43 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que têm um volume de processos preocupante, anunciou a secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência.

O reforço de técnicos nestas comissões, espalhadas por 36 municípios do país, visa agilizar o trabalho das CPCJ, que têm como "principal" lacuna a falta de recursos humanos, disse a secretária de Estado Ana Sofia Antunes, num encontro com jornalistas, em que apresentou o relatório de avaliação da atividade das 308 comissões de proteção de menores, em 2015.

"Há técnicos nestas comissões que têm a seu cargo 120 e 130 processos, que são vidas de crianças", sublinhou.

Segundo Ana Sofia Antunes, irá ser desencadeado um "intenso processo de formação", dirigido aos novos técnicos, e que poderá também servir de reciclagem para os técnicos das comissões.

A secretária de Estado anunciou ainda que está a ser repensado o modelo de financiamento para as comissões de proteção mais carenciadas, e com mais processos a cargo, que poderão ter um reforço financeiro.

Outra das iniciativas previstas é a regulamentação de medidas de acolhimento residencial e familiar, com projetos-piloto para crianças com idades entre os zero e os seis anos, que "necessitam de uma resposta diferenciada".

O objetivo é evitar a retirada destas crianças para respostas de acolhimento, e criar projetos que sejam potenciadores de um ambiente familiar, disse Ana Sofia Antunes. "Pretende-se lançar, a breve trecho, algumas experiências piloto para famílias que se disponibilizem a receber crianças nesta modalidade", explicou.

Está também previsto, para este ano, proceder à revisão de funcionamento das casas de acolhimento com jovens acima dos 10/12 anos, e a criação de medidas de apoio de mediação familiar e acompanhamento parental, para que haja uma reestruturação da família, adiantou a governante.

Presente no encontro, o presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Armando Leandro, adiantou que "há muitos jovens com problemas que se repetem e exigem um novo olhar para a situação".

Para Armando Leandro, os processos reabertos, que assumem uma expressão percentual cada vez maior no volume processual global, representando, em 2015, 11,4% do total de processos, é uma "questão que preocupa".

Como algumas causas para esta situação, o responsável apontou a falta de recursos humanos nas comissões, e a "instabilidade social", mas anunciou que vai avançar este ano "uma análise aprofundada" para apurar as razões desta situação.

Para Armando Leandro, tem de haver "um projeto de atuação em tempo útil", junto destes jovens, e "aumentar a capacidade de intervenção junto das famílias", um trabalho que tem de envolver todas as entidades ligadas ao processo.

As comissões de proteção de menores acompanharam 73.355 crianças e jovens em 2015, 855 das quais em situação de incapacidade ou deficiência, segundo o relatório destas instituições, que aponta um aumento de 0,5% no número de processos acompanhados.

DESEMPREGO

Portugal acima da média europeia

A taxa de desemprego foi, em maio, de 10,1% na zona euro e de 8,6% na União Europeia (UE), os valores mais baixos desde julho de 2011 e de março de 2009, segundo o Eurostat. Na zona euro, a taxa de desemprego de 10,1% compara com os 11,0% do mesmo mês de 2015 e os 10,2% de abril.

No conjunto da UE, os 8,6% ficam abaixo dos 9,6% do mês homólogo e dos 8,7% de abril.

Segundo o gabinete oficial de estatísticas da UE, as taxas de desemprego mais baixas foram registadas na República Checa (4,0%), em Malta (4,1%) e na Alemanha (4,2%), enquanto as mais elevadas se observaram na Grécia (24,1% em março) e em Espanha (19,8%).

No que respeita ao desemprego jovem, a taxa foi, em maio, de 20,7% na zona euro (contra os 22,4% homólogos) e de 18,6% na UE (abaixo dos 20,6% homólogos).

Malta (6,9%), Alemanha (7,2%) e República Checa (10,1%) registaram as menores taxas de desemprego jovem, enquanto a Grécia (50,4% em março), a Espanha (43,9%), a Itália (36,9%) e a Croácia (31,4%) as maiores.

Em Portugal, a taxa de desemprego foi de 11,6% em maio, estável face ao mês anterior e abaixo dos 12,4% homólogos.

Já o desemprego jovem chegou aos 28,6%, contra os 30,9% homólogos e os 29,8% em cadeia.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VAI TER A RESPOSTA NO MASCULINO

O Governo vai criar, a partir de setembro, uma casa abrigo para homens vítimas de violência doméstica, uma experiência piloto para dar resposta a um fenómeno que representa já cerca de 15% do total de casos. O anúncio foi feito pelo ministro-adjunto, no decorrer da audição parlamentar na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, onde Eduardo Cabrita revelou que, apesar de a maioria das vítimas de violência doméstica ser composta por mulheres, há cada vez mais casos de homens. Nesse sentido, o Governo pretende criar uma resposta específica para estes homens, a primeira do género em Portugal, avançando com um projeto-piloto no Algarve, com capacidade para dez vítimas, e que irá funcionar durante um ano. Eduardo Cabrita referiu que o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2015 dá conta de cerca de 15% de homens vítimas de violência doméstica.

RSI

Rendimento mínimo garantido faz 20 anos

A implementação e continuidade de políticas de "mínimos sociais" como o Rendimento Social de Inserção (RSI) é "um desafio" que ultrapassa fronteiras nacionais, estando presente nas políticas europeias, frequentemente contraditórias, alertou o ministro da Solidariedade e Segurança Social.

Num seminário dedicado aos 20 anos do agora denominado RSI, mas inicialmente nomeado Rendimento Mínimo Garantido, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, disse que este instrumento de uma "política pública de mínimos sociais" tem sido, nas últimas duas décadas, usado com maior intensidade em períodos de "desagravamento da situação social".

Para o governante, esta deveria ser uma "medida contra cíclica", ou seja, "reforçar-se em contextos de maior fragilidade", mas, frisou, tem acontecido o oposto, o que deve ser entendido como "um sinal dos tempos", e um desafio à sua continuidade.

"É um desafio que é bem mais do que nacional. Esta contradição que eu procurei identificar está presente em toda a política europeia dos últimos anos, em que frequentemente assistimos, às vezes no mesmo documento, a recomendações políticas que insistem na importância dos mínimos sociais, e que, três parágrafos abaixo, ou normalmente acima, recomendam uma redução da despesa com políticas sociais. Não é, pois, infelizmente, uma característica nacional, é um sinal dos tempos que vivemos", afirmou Vieira da Silva, no seminário em Lisboa.

O ministro defendeu que "níveis demasiado elevados de pobreza continuam a justificar", na sua opinião, "a utilização tão intensa quanto possível destes instrumentos sociais", ainda que este seja "um desafio múltiplo, que confronta perceções sociais, preconceitos, que confronta a consistência das convicções".

"Esta é seguramente a maior fragilidade da história do RSI. Mais do que a dependência dos ciclos políticos - que também existe, de forma clara, e que marca uma distância entre os que defendem a eficácia social da política de mínimos e os que simplesmente a toleram -, mais do que esta diferença, ressalta a dificuldade de aprofundar o impacto destas medidas em contextos sociais em que mais elas seriam exigidas", disse o governante.

Criado pelo primeiro governo socialista de António Guterres, em 1996, o RSI visa garantir mínimos sociais, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema, distinguindo-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão.

www.trivalor.pt

TRIVALOR
SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS

O Grupo Trivalor, composto por 20 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA. LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvará 41 A - 14.12.1999 . 41 C - 14.12.1999 . 41 D - 23.09.2003

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 06 08
FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 66
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

TRIVALOR

PAPA FRANCISCO

Europa deve contribuir para a unidade de todos

O papa Francisco apelou para que a Europa reflita, "redescubra a sua vocação de contribuir para a unidade de todos", e acabe com os muros do medo e do egoísmo político e económico, que dividem o continente.

O pontífice apresentou estas reflexões numa mensagem enviada aos participantes do congresso "Encontro-Reconciliação-Futuro", que se realizou em Munique, na Baviera, no sul da Alemanha, anunciou a Santa Sé em comunicado.

Na mensagem, o papa lamenta que, "além de alguns muros visíveis", existam "também os invisíveis, que tendem dividir este continente", referindo-se à Europa.

"Muros feitos de medo e de agressividade, de falta de compreensão com as pessoas de diferentes origens ou convenções religiosas. Muros de egoísmo político e económico, sem respeito pela vida e a dignidade de cada pessoa", afirma.

O papa considera que a Europa "se encontra num mundo complexo e em permanente movimento, cada vez mais globalizado e, por isso, cada vez menos eurocêntrico" e defendeu que tem de redescobrir a "sua vocação de contribuir para a unidade de todos".

"A Europa é chamada a refletir e a perguntar-se se o seu imenso património, impregnado de cristianismo, pertence a um museu, ou, pelo contrário, é, todavia, capaz de incluir a cultura e doar os seus tesouros a toda a humanidade", afirma o papa na missiva enviada, segundo a Efe.

Francisco incentivou todos os países a "construir pontes para superar os conflitos declarados ou latentes" e a voltar a "colocar no centro a pessoa humana", para que a Europa "seja um continente aberto e acolhedor" e continue a promover "formas de cooperação, não apenas económica, como também social e cultural".

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
100% CLIENTES SATISFEITOS
DEMONSTRAÇÕES Sem compromisso GRÁTIS
software ipss
economia social
40 aplicações
• CONTABILIDADE ESNL
• UTENTES IPSS
• UTENTES CT [AT]
• IMOBILIZADO ESNL
• PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA [ACSS]
• ORDENADOS
• UNIDADES DE SAÚDE
• PROCESSOS CLÍNICOS
• STOCKS
• SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA [Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores]
• QUALIDADE - Processos Chave Terceira Idade, Infância e Juventude
• VIATURAS
• ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
• PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
... entre outras
SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS
deixe a informática connosco, as pessoas precisam de si
junto das
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS
ASSISTÊNCIA REMOTA Novo conceito via internet
ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA Gratuita
INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO Nas vossas instalações
www.tsr.pt - tsr@tsr.pt
tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328
Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC
Lameiras - 4836-908 Guimarães

IGUALDADE DE GÉNERO

Maioria das Portuguesas acha justo terem a maior fatia das tarefas domésticas

Cerca de sete em cada 10 mulheres consideram que a parte das tarefas domésticas que realizam corresponde ao que é justo, segundo o Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres (INUT).

Já 21,6% das mulheres, contra 4,8% dos homens, pensam fazer mais do que é justo, lê-se ainda no estudo realizado pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) em parceria com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

O inquérito envolveu uma amostra de 10.146 pessoas, representativa da população residente em Portugal com 15 ou mais anos, e um "conjunto de 50 entrevistas em profundidade a mulheres e homens que, vivendo em situação de conjugalidade ou monoparentalidade, articulam na sua vida quotidiana uma atividade profissional e os cuidados" com os filhos menores de 15 anos.

Segundo o estudo, coordenado pela investigadora do CESIS Heloísa Perista, em todos os grupos etários são as mulheres que dedicam mais tempo às tarefas domésticas e prestação de cuidados a menores e pessoas dependentes.

Em média, as mulheres dedicam 4,23 horas diárias, contra 2,38 horas dos homens, a este tipo de trabalho não remunerado.

Somando o trabalho pago e não pago, o estudo conclui que, em média, as mulheres trabalham, em cada dia útil, mais 1,13 horas do que os homens.

Apesar destas assimetrias, cerca de 70% das mulheres consideram que a parte das tarefas domésticas que realizam corresponde ao que é justo, contra 75,6% dos homens.

São as mulheres que vivem com menores de 15 anos que consideram "fazer mais do que é justo", o que indica que "o sentimento de injustiça face à partilha das tarefas domésticas expresso pelas mulheres" pode ser potenciado pela existência de crianças, refere o inquérito, realizado entre abril e novembro de 2015 e divulgado em Lisboa.

O estudo revela também que "a partilha do cuidado e a articulação entre responsabilidades parentais e trabalho pago são domínios que, apesar de uma crescente «reivindicação» por parte dos homens do seu direito à paternidade, ainda evidenciam a persistência de desigualdades de género".

Cerca de 17% das mulheres, face a 7,6% dos homens, disseram que dedicam diariamente uma hora ou mais aos cuidados físicos com os filhos, como alimentar e dar banho.

Também são as mulheres quem mais sentem as implicações das responsabilidades parentais no emprego, com mais de uma em cada três a assumir que teve dificuldades em concentrar-se, algumas vezes no trabalho, durante o último ano.

Já a maioria dos homens (74,2% face a 64,9% das mulheres) disse que nunca ou raramente sentiu esta dificuldade.

Para os autores do estudo, os resultados "ilustram claramente" que o nascimento dos filhos "constitui muitas vezes um ponto decisivo no qual se definem ou reforçam assimetrias de género".

"Na prática, é à mãe que cabe tipicamente a incumbência de assegurar o bem-estar da criança nos primeiros meses de vida, enquanto o pai, se presente, cumpre o papel de provedor económico a par de uma função auxiliar no que toca a cuidados físicos ou emocionais", sublinham.

Os investigadores do projeto INUT, iniciado em outubro 2014, esperam que este diagnóstico permita "sensibilizar para a necessidade de uma distribuição mais equilibrada do trabalho não pago de cuidado" e formular recomendações para as políticas públicas no domínio da articulação da vida profissional, familiar e pessoal, enquanto instrumento para a igualdade de género.

SIMPLEX

Governo pede ideias ao Setor Social

A ministra da Presidência e da Modernização apelou ao setor social que dê sugestões de medidas que permitam reduzir burocracias, tendo já em conta o Simplex de 2017.

Maria Manuel Leitão Marques, que falava no Porto, na sessão de abertura do Fórum do Empreendedorismo Social Área Metropolitana do Porto (AMP) 2020, disse que o Governo pretende, no âmbito do Simplex 2017, "reforçar um conjunto de medidas que tenham como destinatários as entidades do 3.º setor", contando assim com "o contributo" do setor social.

"Contamos com o vosso contributo na apresentação de ideias que tenham como objetivo simplificar a vida das entidades", disse, acrescentando que só essas sugestões permitirão ao Governo "definir quais são as prioridades para o Simplex 2017".

A ministra disse que a ideia é simplificar a vida e o dia-a-dia de entidades do setor social na sua relação com as autoridades públicas, quer municipais, quer da administração central.

Maria Manuel Marques recordou que Portugal é o primeiro país da União Europeia a possuir um programa "ambicioso" destinado à dinamização do setor social, sendo que o Portugal Inovação Social vai mobilizar cerca de 150 milhões de euros para o apoio a iniciativas de inovação e empreendedorismo social.

"Vivemos e continuaremos a viver num tempo de fortes restrições ao nível dos nossos recursos. Acredito que este programa pode ser uma das soluções que nos permita ser mais eficientes na gestão dos nosso recursos. No entanto, só teremos sucesso do investimento que fizermos, tenha ele origem no Orçamento do Estado, nos fundos comunitários ou em investidores privados, se desse investimento resultar a criação de uma verdadeira comunidade de elevação e empreendedorismo social", afirmou.

Para a ministra, deverão ser encontradas "novas soluções de capacitação, novas oportunidades de aumentar o impacto que essas entidades [sociais] já têm junto das comunidades", para que seja possível torná-las "sustentáveis e resilientes".

"Precisamos de criar soluções que permitam trazer a este setor um novo tipo de investidores, envolvendo-os na implementação dos projetos para além da simples doação do apoio financeiro", sustentou.

A governante disse ainda que "a inovação social, e o apelo às organizações sociais, não significa desresponsabilizar o Estado da sua função, significa alargar o número de atores que podem contribuir para o setor social".

SOBRE A DESIGUALDADE

José Figueiredo
Economista

E pur si Muove

E Pur Si Muove. Esta frase terá dito entre dentes Galileo Galillei, em 1633, quando a Inquisição o obrigou a abjurar as suas teses heliocêntricas.

Provavelmente a frase nunca terá sido proferida e será tão só uma criação posterior para compor um pouco a imagem do sábio italiano a quem alguma tradição atribui um comportamento cobarde. O papa da altura, Urbano VIII, da poderosa família Barberini, era amigo e admirador de Galileo. Aparentemente o papa conhecia bem o mestre e terá dito aos esbirros do Santo Oficio que nem era preciso recorrer à tortura, mostrar as máquinas seria suficiente. E foi!…

Em todo o caso ainda hoje a frase é muito citada quando queremos representar uma situação em que a razão continua a ser vencida pela força bruta do poder, mas, no entanto, os sinais de mudança começam a ser visíveis.

Parece-me que, tomada nesse sentido, a frase supostamente proferida pelo sábio italiano e o fundador da ciência moderna, faz todo o sentido na querela que alguns economistas (e não só, felizmente) mantêm com os modernos modelos de remuneração dos líderes corporativos.

Esses modelos levaram a salários exorbitantes – não é impossível encontrar pacotes de 9 algarismos – pessoas que ganham num mês mais que o trabalhador médio das empresas pode ganhar numa vida inteira.

Esses salários não têm qualquer justificação segundo nenhum critério de racionalidade seja económica ou financeira (como tentei demonstrar em crónicas anteriores) ou em qualquer outro domínio mas, acima de tudo, e já seria o bastante, são imorais e, mais que não seja nesse puro plano, devem ser combatidos.

Os que como eu se opuseram (e opõem) a esta loucura do capitalismo encontraram sempre um obstáculo dificil de contestar e transpor. Na verdade estes salários são uma questão privada – são um assunto entre os acionistas das companhias e as respetivas administrações. Que temos nós que ver com isso?!

Em teoria, os primeiros prejudicados com as altas remunerações dos executivos são os acionistas. Quanto mais for para o bolso dos executivos menos sobra para resultados e menos pode ser distribuído como dividendos. Se é assim porque não se revoltam os acionistas?

Pode haver muitas explicações para a complacência dos acionistas.

Uma delas é que interesses de curto prazo entre executivos e alguns acionistas podem estar alinhados. Hoje em dia os acionistas das grandes companhias não têm laços afetivos com as empresas. Na maior parte dos casos trata-se de investidores institucionais que procuram rendimentos ou mais-valias (mais estas que aqueles) e no mais curto prazo possível.

Se alguém lhes apresenta um programa em que se fazem resultados a curto prazo que permitam aumentar as cotações e saídas rápidas com mais-valias gordas, porque não pagar principescamente a tais damas e cavalheiros? Qual o problema de pagar salários de dezenas de milhões de dólares por ano se as empresas aumentam de valor em biliões e os acionistas ganham ainda mais?

Claro que os ganhos de curto prazo não garantem benefícios a longo prazo e muitas vezes até são contraditórios os primeiros com os segundos. Mas neste mundo da velocidade vertiginosa quem quer saber do longo prazo? Não era Keynes que dizia que a longo prazo estamos todos mortos? Quem quer saber dos amanhãs afastados?

Por outro lado o ativismo acionista pode não ser fácil. Os acionistas que participam de facto na vida da sociedade são poucos e muitas vezes, esses poucos, estão próximos dos Conselhos de Administração e alinhados com os respetivos interesses. Organizar a maioria que poderia, eventualmente, opor-se não é fácil!

Contudo, também aqui, "E Pur Si Muove". Aos poucos vamos vendo a repugnância pelos salários milionários a tomar forma quer no plano da ação política, quer no sítio onde faz mais sentido: nos acionistas!

No plano da ação política o país onde a questão foi levada mais longe foi a Suíça. Por lá um referendo nacional votou um projeto de lei que visava ligar os salários dos executivos aos salários dos trabalhadores das empresas. O mais alto dos salários dos executivos não poderia ultrapassar um determinado múltiplo dos salários mais baixos.

A iniciativa falhou, contudo, cerca de 1/3 dos eleitores votou a favor do projeto legislativo.

Na Califórnia chegou a ser debatida uma iniciativa legislativa que ligava as taxas de imposto a pagar pelas empresas à abertura do leque salarial – quanto maior fosse a dispersão dos salários, quanto mais os salários do topo se afastassem dos salários mais baixos, maior seria a taxa de imposto a pagar sobre os lucros. Também aqui a iniciativa legislativa não passou.

Porventura não podemos esperar grande coisa do lado da política. As grandes corporações têm muito dinheiro e podem intervir nestes processos nomeadamente através do medo. Na Suíça, por exemplo, as grandes corporações ameaçaram que mudavam as suas sedes para fora do país se a lei fosse aprovada…

Talvez possamos esperar mais do lado dos capitalistas – começam a ser visíveis alguns exemplos.

O fundo soberano da Noruega é um dos maiores investidores do mundo com ativos de 870 biliões de dólares, qualquer coisa como quase 5 vezes o PIB português. O fundo tem participações em boa parte das grandes corporações capitalistas a nível global. Até há pouco tempo o fundo era neutral em relação à questão dos salários dos executivos não lhe sendo conhecida nenhuma orientação ativa em relação ao tema.

Mas as coisas começam a mudar. Recentemente o fundo declarou que vai deixar de ser neutral em relação a este tema e, por exemplo, já votou contra o sistema de remuneração dos executivos da Anglo American, uma das gigantes mineiras a nível mundial.

Nas duas maiores petrolíferas da Europa, a BP e a Shell, os acionistas revoltaram-se contra os salários exorbitantes dos gestores de topo. Na verdade não é fácil perceber como empresas que têm os resultados a cair, com programas de despedimentos que envolvem dezenas de milhar de trabalhadores e, não obstante, propõem aumentos de remuneração chorudos para os executivos de topo.

Na Goldman Sachs ou no Deustche Bank a situação é similar. Ninguém percebe como empresas que viram as cotações a cair a pique, que valem hoje apenas uma fração dos respetivos valores de livro, que pagam menos dividendos ou dividendo nenhum, encontram argumentos para continuar a pagar cheques gordos aos executivos de topo.

Em França foi o estado, o maior acionista da Renault, que colocou em causa a remuneração do CEO. Na WPP, um dos gigantes mundiais da

publicidade, os acionistas ficaram chocados com a proposta de vencimento do CEO da companhia.

Na Suíça é também o estado, enquanto acionista, que começa a tomar posição ativa no tema. Na Swisscom, por exemplo, a remuneração do CEO foi reduzida em mais de 70%.

Claro que sempre se pode dizer que a revolta dos acionistas é mais visível em sectores em crise (banca, petróleo, etc.) onde os lucros estão a cair e a remuneração dos acionistas a encolher. Estivessem os lucros a crescer à pazada, as cotações a subir e os dividendos a cair na conta em doses valentes e talvez não houvesse tanto barulho.

Talvez! Contudo convém lembrar que a revolta também ocorre noutros sectores e em empresas onde os dividendos têm sido poupados. Por outro lado, a questão começa a passar para a política (como acontece na Suíça ou em França) e, noutras geografias, como no Reino Unido, entrou no fórum onde pode ser mais efetiva: o domínio da discussão pública e sabemos como ela é influente nas terras de Sua Majestade.

Por lá, por exemplo, para as empresas cotadas passou a ser obrigatório não só revelar quanto ganham os executivos de topo como também revelar a relação entre os salários de topo e os salários medianos da companhia. Talvez ganhem vergonha!

Por último uma referência à Blackrock. Este nome pode não ser conhecido de muitos, contudo, é o maior investidor do mundo com ativos sob gestão de 4,7 triliões de dólares, um pedaço mais que o PIB da Alemanha.

Na última assembleia geral alguns acionistas fizeram votar uma proposta que comprometia a Blackrock na luta contra as remunerações incompreensíveis dos executivos das empresas onde a Blackrock investe. A proposta foi votada por um ínfima minoria do capital presente. Quixotesco, dirão! Talvez, mas há apenas alguns anos o simples aparecimento da proposta seria uma ousadia impensável.

Sogenave®
Food Solutions

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.
Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

Vícror M. Pinto

Santos populares...

FICHA TÉCNICA
Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

INFÂNCIA

Se nada for feito o futuro está comprometido

Quase 70 milhões de crianças morrerão antes dos cinco anos até 2030 e 167 milhões viverão em pobreza extrema nesse ano se a comunidade internacional não investir mais já nas crianças pobres, alerta a Unicef.

Intitulado "Uma oportunidade justa para todas as crianças", o relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), agora divulgado, revela que, embora o mundo tenha registado progressos na infância, essas melhorias não foram uniformes e as desigualdades marcam a vida de milhões de crianças.

"Quando olhamos para o mundo de hoje, somos confrontados com uma verdade desconfortável, mas inegável: as vidas de milhões de crianças são arruinadas pelo simples facto de terem nascido num determinado país, comunidade, género ou circunstância", escreve o diretor-geral da organização, Anthony Lake, no prefácio do relatório.

Para este responsável, "agora é o momento de agir" porque, se o mundo não acelerar o ritmo de progresso, 69 milhões de crianças morrerão, maioritariamente de causas evitáveis, antes de completarem cinco anos, até 2030, o ano em que terminam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, definidos no ano passado.

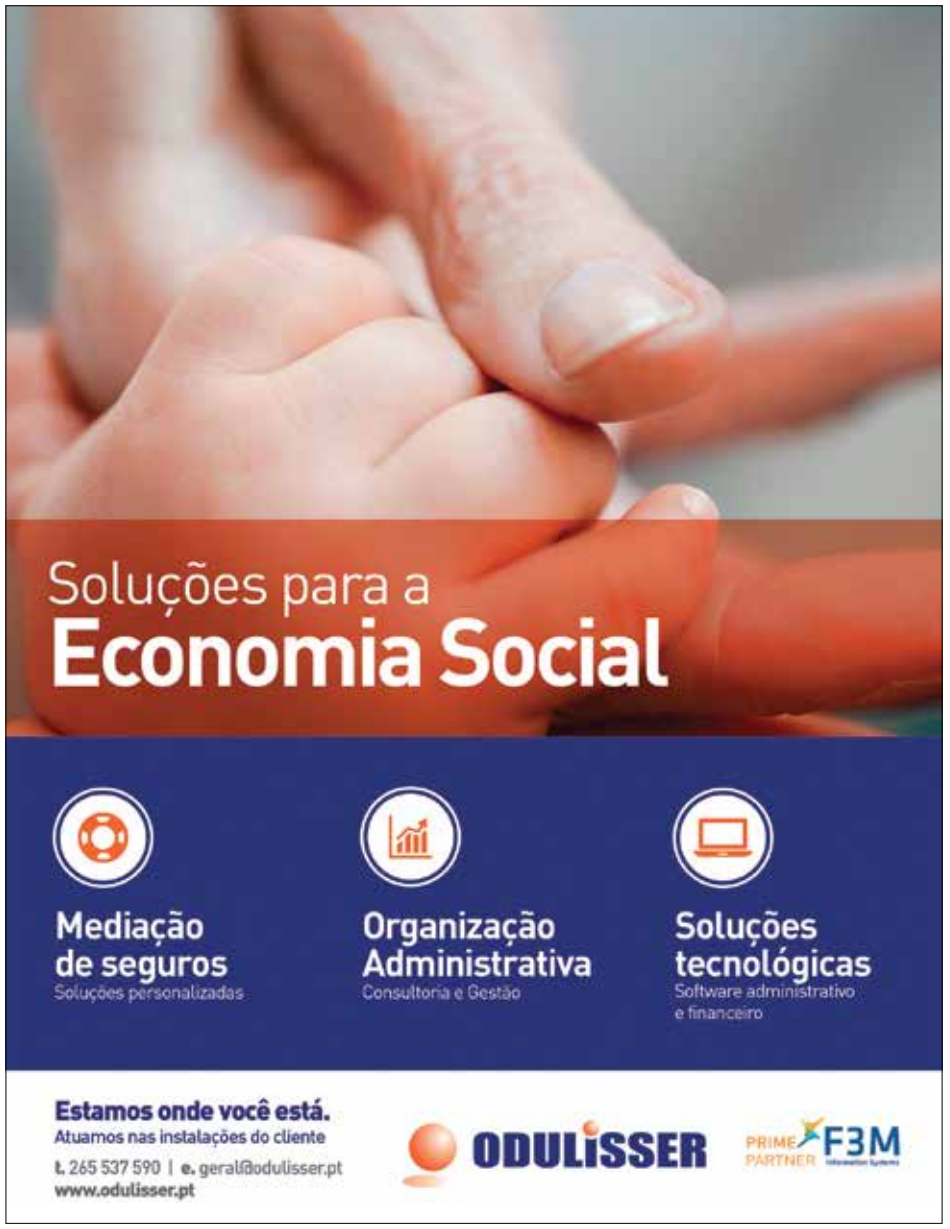
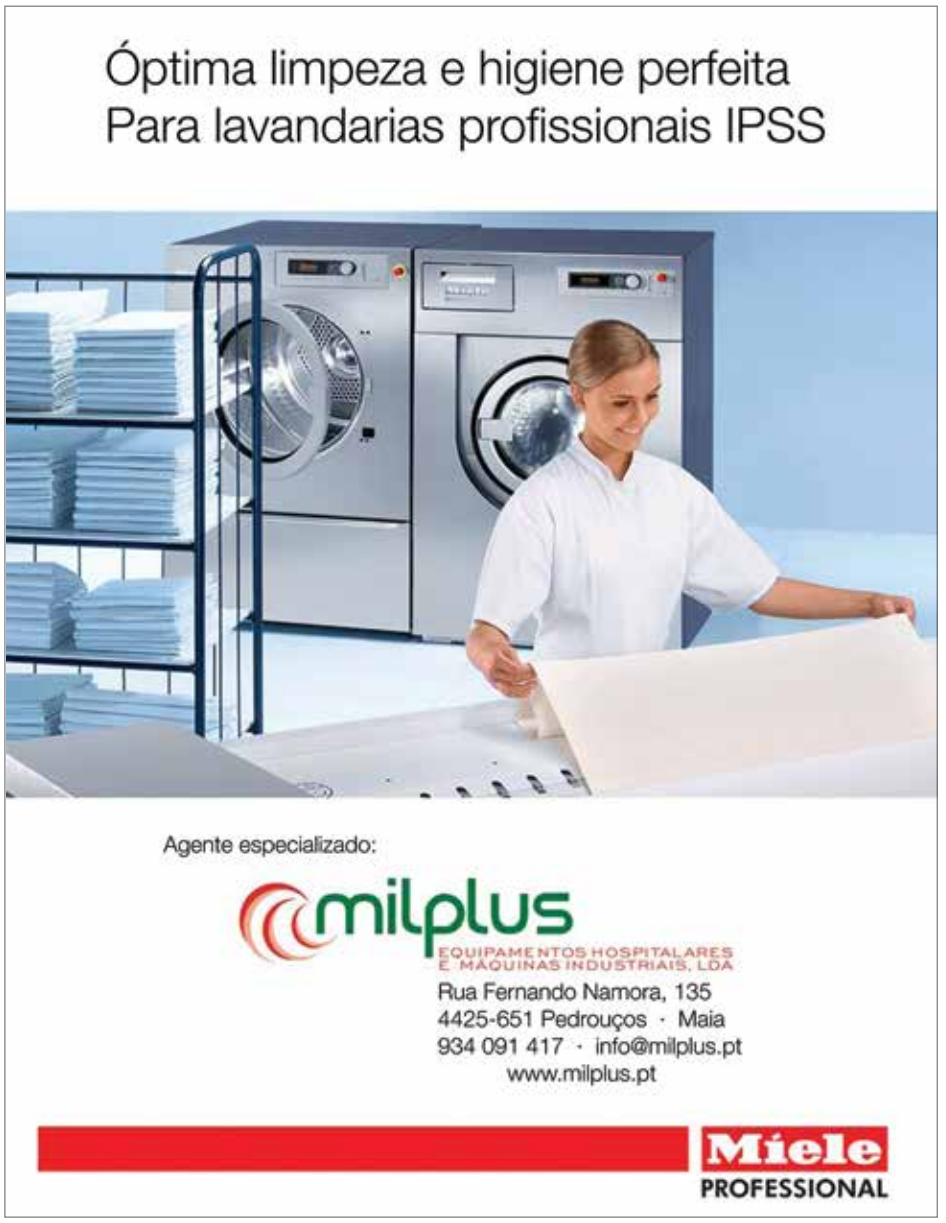
Nesse mesmo ano, as crianças da África Subsaariana terão 10 vezes mais probabilidade de morrer antes dos cinco anos do que as dos países ricos e nove em cada 10 crianças a viver em pobreza extrema estarão naquela sub-região, alertou Anthony Lake.

Se nada for feito, mais de 60 milhões de crianças em idade escolar estarão fora da escola e cerca de 750 milhões de mulheres terão sido casadas na infância.

O diretor-geral da Unicef sublinha que o futuro não tem de ser tão sombrio e lembra que muitos dos constrangimentos que impedem o mundo de ajudar estas crianças não são técnicos. "São uma questão de compromisso político. São uma questão de recursos. E são uma questão de vontade coletiva", alertou.

O relatório revela que investir nas crianças mais vulneráveis pode produzir benefícios imediatos e a longo prazo, tanto para as próprias crianças como para a sociedade.

Segundo o documento, cada ano adicional de escolaridade que uma criança frequenta traduz-se por um aumento de cerca de 10% dos rendimentos que aufere na idade adulta e por cada ano adicional de escolaridade que os jovens de um país completam, as taxas de pobreza diminuem cerca de 9%. "Mais do que nunca, devemos reconhecer que o desenvolvimento só é sustentável se puder ser continuado – sustentado – pelas gerações futuras", escreveu Anthony Lake.

E exemplifica: "Quando ajudamos um menino a ter acesso aos medicamentos e nutrição de que precisa para crescer saudável e forte, não só aumentamos as suas hipóteses na vida, como reduzimos os custos sociais e económicos associados à doença e à fraca produtividade".

O prefácio do diretor-geral termina com um apelo: "Nós conseguimos. A injustiça não é inevitável. A desigualdade é uma escolha. Promover a equidade – uma oportunidade justa para cada criança, para todas as crianças – também é uma escolha. Uma escolha que podemos fazer e devemos fazer. Pelo seu futuro, e pelo futuro do nosso mundo".